

# Católicos acusam Allan Kardec de racista



Paulo Neto

*Copyright 2019 by*

Paulo da Silva Neto Sobrinho (Paulo Neto)

Belo Horizonte, MG.

Capa:

[http://www.littlenaturalcottage.com/wp-content/uploads/2011/06/word.light\\_.jpg](http://www.littlenaturalcottage.com/wp-content/uploads/2011/06/word.light_.jpg)

Revisão:

Hugo Alvarenga Novaes

Diagramação:

Paulo Neto

site: [www.paulosnetos.net](http://www.paulosnetos.net)

e-mail: [paulosnetos@gmail.com](mailto:paulosnetos@gmail.com)

Belo Horizonte, junho/2019.

# **Católicos acusam Allan Kardec de racista**

“Vós todos que o atacais, quereis, pois, um meio certo de combatê-lo com sucesso? Vou vo-lo indicar. Substituí-o por uma coisa melhor [...].” (KARDEC)

## **Índice**

Introdução.....	5
O dedo em riste.....	7
A relação da Igreja com a escravidão dos negros.....	20
Conclusão.....	112
Referências bibliográficas.....	116
Apêndice: textos do site Associação Cultural Montfort.....	120

## Introdução

Quase tudo que aqui consta foi desmembrado do nosso ebook *Racismo em Kardec?*, porque resolvemos deixá-lo o mais técnico possível, provando que Allan Kardec (1804-1869) nunca foi racista, a despeito do que se afirma os que não conhecem o seu real pensamento; isso valendo para detratores e uns poucos espíritas mal informados, que acabaram se deixando influenciar pela opinião dos primeiros.

Para entender o pensamento de Kardec, então, se faz necessário lê-lo, antes de iniciar a leitura desse presente texto. A nossa preocupação aqui será apenas a de evidenciar que quem tem telhado de vidro não deveria atirar pedra no telhado do vizinho.

Demonstraremos, à sociedade, que, se querem taxar Kardec de racista, primeiro vejam-se no espelho, pois racista maior que a liderança da igreja, da qual fazem parte, não se encontrará, em canto algum.

A instituição em si, ou seja, a Igreja Católica Apostólica Romana, sabemos, não pode arcar com a responsabilidade do racismo de seus membros; entretanto, como não tomou medidas para coibir tais abusos, de certa forma, cabe-lhe o ônus de tais práticas.

Outro ponto que merece destaque é que quem tem

tempo para se preocupar com o que os outros fazem, não tem tempo para fazer nada.

Além disso, como cristãos que se dizem ser, deveriam seguir o ensinamento de Jesus que pode ser tirado dessa sua fala: *“Aquele que não tiver pecado, atire a primeira pedra”* (João 8,7).

Infelizmente, nós fomos forçados, pelas circunstâncias, a usar nosso direito de defesa, em razão disso, ao lembrar fatos históricos que, sinceramente, nos deram asco ao lê-los, tivemos que “levantar o tapete”, conseqüentemente, ficou a descoberto a sujeira que esconderam por debaixo dele.

Posar de santo é fácil; o difícil é demonstrar, com atitudes e atos, que, de fato, é um.

## O dedo em riste

O título desse tópico é significativo, pois, sempre que apontarmos um dedo em riste para alguém, teremos três voltados para nós mesmos. Isso deveria ser o suficiente para que “fiquemos na nossa”, para não correremos o risco de muito mais coisas descobrirem de nós do que aquelas que assinalamos dos outros. Vale, portanto, a frase já dita logo acima: *“Aquele que não tiver pecado, atire a primeira pedra”* (João 8,7).

Primeiramente, é bom lembrar que, a seguir a mesma linha de raciocínio desses críticos de plantão, teremos que incluir como racista até mesmo o próprio Deus, tomando-se isso da Bíblia, o livro base das religiões ditas cristãs, uma vez que a consideram como sendo absolutamente a “palavra de Deus”. Aqui temos a história bíblica pela qual se deu o início à escravidão:

*Gênesis 9,18-27: “Os filhos de Noé, que saíram da arca, foram estes: Sem, Cam e Jafé; e Cam é o antepassado de Canaã. Esses três foram os filhos de Noé, e a partir deles foi povoada a terra inteira. Noé, que era lavrador, plantou a primeira vinha. Bebeu o vinho, embriagou-se e ficou nu dentro da tenda. Cam, o antepassado de Canaã, viu seu pai nu e saiu para contar a seus dois irmãos. Sem e Jafé, porém, tomaram o manto, puseram-no sobre seus próprios ombros e, andando de costas, cobriram a nudez do pai; como estavam de costas,*

*não viram a nudez do pai. Quando Noé acordou da embriaguez, ficou sabendo o que seu filho mais jovem tinha feito. E disse: 'Maldito seja Canaã. Que ele seja o último dos escravos para seus irmãos'. E continuou: 'Seja bendito Javé, o Deus de Sem, e que **Canaã seja escravo de Sem. Que Deus faça Jafé prosperar, que ele more nas tendas de Sem, e **Canaã seja seu escravo****.'*" (grifo nosso)

Pelo relato vemos que, com o beneplácito divino, Canaã, neto de Noé, é quem sofre as penas pelo inusitado fato, e que nada tinha a ver com a história de Cam, seu pai, ter visto este “homem justo e íntegro” totalmente pelado, depois de uma vinhaça (quem sabe se não sonhava dançando num desfile de escola de samba, em pleno carnaval no Rio?). Vejamos mais alguns exemplos:

Colossenses 3,22: “**Escravos**, obedeci em tudo aos vossos senhores terrenos, não só sob o seu olhar, como se os servissem para agradar aos homens, mas com simplicidade de coração, por temor de Deus.” (grifo nosso)

1 Timóteo 6,1: “Todos os **escravos** devem considerar os seus senhores dignos de toda a honra, para que não se fale mal do nome de Deus.” (grifo nosso)

Efésios 6,5: “**Escravos**, obedecem aos vossos senhores.” (grifo nosso)

Tito 2,9-10: “Os **escravos** devem estar submissos em tudo aos senhores. Que lhes sejam agradáveis, não os contradigam, não roubem.” (grifo nosso)



Mais ainda: poderíamos ainda acusá-la de antissemita, porquanto, alguns de seus textos nos passam essa ideia, como este, para exemplificar:

1 Tessalonicenses 2,14-15: *“De fato, vós, irmãos, vos fizestes imitadores das igrejas de Deus que estão na Judeia, que se deram a Cristo Jesus, tendo igualmente devido sofrer, da parte dos vossos compatriotas, o mesmo que eles próprios sofreram da parte dos judeus; **judeus esses que deram a morte a Jesus e aos profetas e nos perseguiram; eles não agradam a Deus e são adversários de todos os homens.**”* (grifo nosso)

Nos esforçamos para entender por qual motivo se aponta o dedo para Kardec, acusando-o de racista, se vemos o racismo à nossa volta, especialmente em determinada religião, como provaremos, sem que ninguém a acuse disso. Medo? Incoerência? Talvez os dois ao mesmo tempo?!

O certo é que: quem tem telhado de vidro não deveria atirar pedras no telhado do vizinho. Embora não seja o que, sinceramente, desejaríamos fazer, somos levados, por força das circunstâncias, a apontar o dedo para uma instituição religiosa tradicional, pelo que, antecipadamente, nós já pedimos desculpas a nossos leitores.

Faremos isso por dois motivos: primeiro, para provar a incoerência dos seguidores desta religião, que são os principais acusadores de Kardec, conforme se poderá ver, por exemplo, no site [www.montfort.org.br](http://www.montfort.org.br) <sup>(1)</sup> (ver Apêndice - Anexo I), alguns já refutados por nós no texto [Allan Kardec um racista brutal e grosseiro?](#); segundo, para colocar em relevo a discriminação odiosa dos que, não sendo católicos, apontam o seu dedo somente para nós, como poder-se-á ver em alguns sites.

Kardec, com toda propriedade, disse a um de seus opositores:

Certamente, é livre para agir como o entende; mas se quer a liberdade para si, deve querê-la para os outros; uma vez que defende suas ideias e critica a dos outros, se for consequente consigo mesmo, não deverá achar mau que os outros defendam as deles e critiquem as suas. (KARDEC, 1993b, p. 112)

Assim, esperamos que alguns dos nossos contraditores não se zanguem conosco por usarmos, em nosso direito de defesa, do expediente de apontarmos o racismo que está acontecendo do seu lado, mas que, infelizmente, cegos pelo fanatismo, não se dão conta. E, também pedimos desculpas antecipadas se houver de

---

<sup>1</sup> <http://www.montfort.org.br/veritas/kardec.html>; <http://www.montfort.org.br/veritas/kardec2.html>; <http://www.montfort.org.br/veritas/kardec3.html> e <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=religiao&artigo=kardec&lang=bra#4>

nossa parte algum exagero.

Na *Revista Espírita 1861*, Kardec cita o Sr. Georges Gandy (?-?), redator da *Bibliografia católica* com a qual pretendia esmagar o Espiritismo, cujo conteúdo transcreve e passa a comentar:

“A pena de morte e a escravidão foram, são e serão contrárias à lei da Natureza. O homem e a mulher, sendo iguais diante de Deus, devem ser iguais diante dos homens”. **Foi a alma errante de algum santo-simonista espantado, à procura da mulher livre, que fez dom ao Espiritismo dessa picante revelação?**” (KARDEC, 1993c, p. 14) (grifo nosso)

Aí temos o exame do escritor católico sobre uma fala de Kardec na qual o Codificador condenou, sem meias palavras, a pena de morte e a escravidão; nela também defendia direitos iguais entre homens e mulheres, mas Georges fica boquiaberto com tal atitude; até mesmo a ironiza, certamente, porque lhe é contrária.

Isso, apesar de absurdo, é a prova cabal de que Kardec não era mesmo racista, uma vez que foi dito por alguém de sua época e que, além disso, era seu adversário, fato que coloca fora de qualquer suspeita essa maneira de ser do Codificador.

Na sequência, lemos as observações de Kardec sobre o que foi dito por Georges Gandy:

**Assim a pena de morte, a escravidão e a subjugação da mulher, que a civilização tende a abolir, são instituições que o Espiritismo erra em condenar.** - feliz tempo da Idade Média, por que passaste sem retorno! Onde estais, fogueiras, que nos teriam livrado dos Espíritas! (KARDEC, 1993c, p. 14) (grifo nosso)

Pode-se ver, perfeitamente, que o Espiritismo não se coaduna com tais barbaridades, o que, infelizmente, os seus contraditores não viram ou então lhes cabe esta fala de Kardec:

Muita gente há, infelizmente, que toma suas próprias opiniões pessoais como paradigma exclusivo do bom e do mau, do verdadeiro e do falso; tudo o que lhes contradiga a maneira de ver, à suas ideias e ao sistema que conceberam, ou adotaram, lhes parece mau. A semelhante gente evidentemente falta a qualidade primacial para uma apreciação sã: a retidão do juízo. Disso, porém, nem suspeitam. E o defeito sobre que mais se iludem os homens. (KARDEC, 1996, p. 337).

E por falar em mulher, vejamos o que, em nossa pesquisa, descobrimos sobre o que pensavam delas no Concílio de Macon:

A mulher, como um todo, e o homem, da cintura para baixo, eram criações do demônio. A mulher quase não teve lugar na Igreja primitiva. **São Jerônimo chamou-as de “cataplasmas da**

**luxúria”;** no **Concílio de Macon, no ano de 585,** foi levantada a proposição de que a mulher não possuía alma. É claro que esta proposta perdeu, mas a vitória não foi das mais convincentes: ganhou apenas por um voto... (CAVALCANTI, 1995, p. 21) (grifo nosso).

São João Crisóstomo é um outro nome da Igreja, que, novamente, será citado mais à frente, que também tinha uma opinião nada cristã sobre as mulheres; vejamos o que se diz dele:

Três séculos mais tarde, João Crisóstomo afirmaria de uma forma lapidar que a “raça”, o gênero feminino em seu conjunto é fraco e fútil: *To gar ghênos asthenés kai koufon* (Hom. in Ep. I ad Tim., II; PG LXII, 555). (SEBASTIANI, 1995, p. 22)

Mas parece que as mulheres não tinham mesmo vez dentro da Igreja, conforme podemos ver nessa mesma autora, quando narra o que Pedro Crisólogo (ver nota <sup>(2)</sup>), arcebispo de Ravena nos inícios do século VIII <sup>(3)</sup>, disse:

[...] **Irmãos, a mulher é causa do mal, origem do pecado, caminho que conduz à morte,**

---

<sup>2</sup> Ao que tudo indica trata-se de São João Crisóstomo (380-450), várias datas são citadas, porém tomamos estas da fonte: <http://www.santiebeati.it/dettaglio/28450>, (acesso em 22/11/2011, às 05:08hs), que também constam do site [http://www.documentacatholicaomnia.eu/30\\_10\\_0380-0450-Petrus\\_Chrysologus.html](http://www.documentacatholicaomnia.eu/30_10_0380-0450-Petrus_Chrysologus.html), (acesso em 22.11.2011, às 05:10hs).

<sup>3</sup> Considerando as datas acima, São João Crisóstomo foi arcebispo de Ravena nos inícios do século IV e não VIII como é mencionado por Lilia Sabastiani (SEBASTIANI, 1995, p. 82).

**motivo de condenação escrito sobre o sepulcro (*sepulcri titulus*), porta do inferno;** tudo nela é necessidade de lamentação; por isso elas nascem com lágrimas, crescem entre as tristezas, são sujeitas aos gemidos, e são tão fortes nos lamentos, quanto mais as encontramos fracas de forças; e na medida em que são impreparadas diante das fadigas, do mesmo modo são prontas para as lágrimas: daí decorre que elas vencem as armas com as lágrimas, fazem periclitar os reinos pelo choro, vencem com os lamentos toda a fortaleza dos homens. Por isso, não é de se admirar se aqui as mulheres parecem mais ardorosas do que os apóstolos quanto às lágrimas, ao rito fúnebre, ao sepulcro, à homenagem do corpo do Senhor: aqui, onde primeiro corre às lágrimas, foi a mulher que primeiramente correu para a culpa; onde precede aos homens no sepulcro, aquela que os precedeu na morte; e tornou-se anunciadora da ressurreição, aquela que foi a mediadora [*interpre*] da morte. [...]. (SEBASTIANI, 1995, p. 85-86) (grifo nosso).

Vê-se um total desprezo às mulheres.

Encontramos mais alguma coisa nas obras de Kardec que merece ser citada:

A jovem obsidiada de Marmande

(Continuação.)

Narramos, no número precedente (página 46), a notável cura obtida por meio da prece, pelos Espíritos de Marmande, de uma jovem obsidiada dessa cidade. Uma carta posterior confirma o

resultado dessa cura, hoje completa. O rosto da criança, alterada por oito meses de torturas, retomou a sua frescura, sua aparência física e sua serenidade.

A qualquer opinião que se pertença, qualquer ideia que se tenha do Espiritismo, toda pessoa animada de um sincero amor ao próximo deveu se alegrar de ver a tranquilidade reentrar nessa família, e o contentamento suceder à aflição. **É lamentável que o Sr. cura da paróquia não haja crido dever associar-se a esse sentimento, e que essa circunstância lhe tenha fornecido o texto de um discurso pouco evangélico numa de suas práticas dominicais.** Suas palavras, tendo sido ditas em público, são do domínio da publicidade. Se se tivesse limitado a uma crítica leal da Doutrina no seu ponto de vista, disso não falaríamos, mas cremos dever realçar os ataques que dirigiu contra as pessoas mais respeitáveis, tratando-as de saltimbancos, a propósito do fato acima.

**“Assim, disse ele, o primeiro engraxate que chegue poderá, pois, se for médium, evocar o membro de uma família honrada,** quando ninguém nessa família poderá fazê-lo? Não creiais nesses absurdos, meus irmãos; é do malabarismo, é da asneira. **De fato, que vedes nessas reuniões? Carpinteiros, marceneiros, carpinteiros de carro, que sei ainda?...** Algumas pessoas me perguntaram se eu tinha contribuído para a cura da criança. ‘Não, lhes respondi; não estou nisso em nada; não sou médico.’”

“Não vejo lá, dizia aos pais, senão uma afecção orgânica da alçada da medicina;” acrescentando

que se tivesse acreditado que as preces pudessem operar algum alívio, tê-las-ia feito há muito tempo.

Se o Sr. cura não crê na eficácia da prece em semelhante caso, fez bem em não falar disso; de onde é preciso concluir que, sendo homem consciencioso, se seus pais tivessem vindo lhe pedir missas pela cura da criança, ter-lhe-ia recusado o pagamento, porque se fosse aceito, teria feito pagar por uma coisa que considera sem valor. Os Espíritas creem na eficácia das preces pelas doenças e as obsessões; eles pediram, curaram, e não pediram nada; bem mais, se seus pais estivessem na necessidade, lhes teriam dado.

“Esses são, disse ele, os charlatães e os malabaristas.” Desde quando foram vistos charlatães fazerem seu ofício por nada? Fizeram dar aos doentes os amuletos? Fizeram sinais cabalísticos? Pronunciaram palavras sacramentais ligando-lhes uma virtude eficaz? Não, porque o Espiritismo condena toda prática supersticiosa; eles oraram com fervor, em comunhão de pensamentos; essas preces eram do malabarismo? Aparentemente não; uma vez que tiveram sucesso, é que foram escutadas.

Que o Sr. cura trate o Espiritismo e as evocações de absurdos e de asneiras, disso é o senhor, se tal é sua opinião, e ninguém tem nada a lhe dizer. **Mas quando, para denegrir as reuniões espíritas, disse que não se veem ali senão carpinteiros, marceneiros e carpinteiros de carro, etc., não é para apresentar essas profissões como degradantes, e aqueles que as exercem como pessoas desprezíveis?** Esqueceis, pois, senhor cura, que Jesus era carpinteiro, e que seus apóstolos eram todos



pobres artesãos ou pescadores. É evangélico lançar, do alto do púlpito, o desdém sobre a classe dos trabalhadores que Jesus quis honrar nascendo entre eles? Haveis compreendido a importância de vossas palavras quando dissestes: “O primeiro engraxate que chegue poderá, pois, evocar o membro de uma família honrada?” Vós o desprezais muito, pois, esse pobre engraxate quando limpa os vossos sapatos? Oh quê! porque sua posição é humilde não o achais digno de evocar a alma de um nobre personagem? Temeis, pois que essa alma não seja enlameada quando, por ela, se estenderão para os céus as mãos enegrecidas pelo trabalho? Credes, pois, que Deus faz uma diferença entre a alma do rico e a do pobre? Jesus não disse: Amai ao vosso próximo como a vós mesmos? Ora, amar seu próximo como a si mesmo, é não fazer nenhuma diferença entre si mesmo e o próximo; é a consagração do princípio: **Todos os homens são irmãos, porque são filhos de Deus.** Deus recebe com mais distinção a alma do grande do que a do pequeno? a do homem a quem fizestes um pomposo serviço, largamente pago, do que aquela do infeliz a quem não concedestes senão as mais curtas preces? Falais do ponto de vista exclusivamente mundano, e vos esquecestes que Jesus disse: “Meu reino não é deste mundo; lá as distinções da Terra não existem mais; lá, os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos?” Quando ele disse: “Há várias moradas na casa de meu pai,” isto significa que há ali uma para o rico e uma para o proletário? uma para o senhor e uma para o servidor? Não; mas que ali há uma para o humilde e uma outra para o orgulhoso, porque ele disse: “Que aquele que quiser ser o primeiro no céu seja o servidor de

seus irmãos sobre a Terra.” E, pois, àqueles que vos apraz chamar profanos de vos lembrar o Evangelho?

Senhor cura, em todas as circunstâncias, tais palavras seriam pouco caridosas, sobretudo no templo do Senhor, onde não deveriam ser pregadas senão palavras de paz e de união entre todos os membros da grande família; no estado atual da sociedade, é uma imperícia, porque é semear os fermentos do antagonismo. Que tivésseis uma tal linguagem na época em que os servos, habituados a dobrar-se sob o jugo, se acreditavam de uma raça inferior, porque se lhes havia dito, conceber-se-ia; mas na França de hoje, onde todo homem honesto tem o direito de levantar a cabeça, quer seja ele plebeu ou patricio é um anacronismo.

Se, como é provável, houvesse no auditório carpinteiros, marceneiros, carpinteiros de carros e engraxates, deveram ser mediocrementemente tocados desse discurso; quanto aos Espíritas, sabemos que pediram a Deus para perdoar ao orador suas imprudentes palavras, e que eles mesmos perdoaram àquele que lhes disse: Racca; é o conselho que damos a todos os nossos irmãos. (KARDEC, 1993a, p. 80-83) (grifo nosso)

Eis aí um, que se diz representante de Deus, na mais lamentável atitude de discriminação e preconceito contra as pessoas simples e humildes. Não vamos acrescentar nada ao que Kardec judiciosamente falou.



## **A relação da Igreja com a escravidão dos negros**

Jaime Rodrigues, mestre e doutor em história social pela Unicamp, bacharel e licenciado em história pela USP, em *O tráfico de escravos para o Brasil*, nos informa que:

Os primeiros europeus que chegaram à costa da África foram os portugueses. A primeira expedição portuguesa que levou escravos para a Europa ocorreu em 1441. Apesar de não ter como objetivo principal a captura de escravos, essa expedição – conduzida por Antão Gonçalves e Nuno Tristão – levou para a Europa dez africanos... **Destes africanos levados para Lisboa, alguns foram enviados a Roma e oferecidos ao papa Eugênio IV.** Outros foram vendidos a peso de ouro na capital portuguesa. [...].

Em 8 de agosto de 1444 foi realizada a primeira venda pública de escravos, na ilha de Arguim, em Lagos (na atual Nigéria), com a presença do Infante Dom Henrique, de Portugal. **Nessa venda, os melhores escravos foram oferecidos a Igreja.** (RODRIGUES, 1999, p. 7-8) (grifo nosso)

Assim, logo no início da escravidão dos negros, a Igreja já estava sendo envolvida na questão ao possuir escravos. E parece que, com isso, ela tomou gosto pela coisa, de forma que, depois disso, os seus líderes referendam o tráfico negreiro:

[...] Para se manter por quatrocentos anos, o tráfico precisou ser legitimado através de fórmulas éticas e morais.

**A legitimação desse comércio veio da Igreja:** o papa Nicolau V, através de uma bula de 15 de setembro de 1448, concedeu ao rei de Portugal Afonso V o direito de tomar posse das terras da África já descobertas e das que viessem a ser encontradas. Esse documento foi confirmado por outra bula do mesmo papa, em 6 de janeiro de 1454, e pelos papas posteriores: Calixto II (3 de março de 1455), Xisto IV (21 de junho de 1481) e Leão X (3 de novembro de 1514). (RODRIGUES, 1999, p. 14) (grifo nosso)

**Instituído e legitimado o tráfico, o clero católico participou abertamente dele,** especialmente no Congo e em Angola. Charles Boxer comenta que “durante séculos, os rendimentos do bispo e da instituição eclesiástica de Angola eram financiados pelos lucros do comércio de escravos. (RODRIGUES, 1999, p. 17) (grifo nosso)

Isso foi uma grande surpresa para nós, que nem de longe imaginávamos, que tudo havia começado com as bênçãos do líder máximo da Igreja Católica, o papa.

Uma opinião respeitável é a de Henrique Cunha Jr., professor titular da Universidade Federal do Ceará e do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, membro fundador da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e do Instituto de Pesquisa da

Afrodscendência (IPAD), publicada na *Revista Espaço Acadêmico*, ano VI, nº 69, fevereiro de 2007, disponibilizada na Internet; vejamo-la:

## 2 – O início da escravização dos africanos pelos portugueses

O aprisionamento e escravização dos africanos pelos portugueses são de longa e complicada história que começa muito antes do início da colonização do Brasil.

No século 15, os portugueses já haviam se organizado como reino e estavam em crescimento econômico e de poder geopolítico. Havia iniciado uma expansão comercial sobre as regiões do norte africano e da África ocidental. Nesta expansão passaram a realizar pirataria e pilhagem comercial sobre pequenas cidades da costa africana, onde se situavam pequenos reinos com grandes riquezas e pouco poder militar. Sabemos que em agosto de 1444, 235 africanos foram trazidos para Portugal, tendo sido aprisionados num ataque pirata na Foz do Rio Senegal, região de importância comercial da África Ocidental, naquele período. Estes aprisionados foram convertidos em escravos em Algarves, Portugal. Iniciou-se aí o ciclo de escravização de africanos em Portugal. Tratava-se de uma forma de exploração pirata ilegal mesmo para os portugueses.

Este período da história europeia era uma fase de extrema importância da Igreja Católica e do poder dos papas sobre os reinos europeus. Assim, **em 1452, o Papa Nicolau V, através de uma Bula**

**Papal, concede a Portugal a soberania sobre as terras que descobrisse nas suas navegações e autoriza a este reino a escravizar as nações encontradas (SANTOS, 2006), (CONNIFF/ DAVIS, 1994). A Igreja Católica é quem legalizou o escravismo dos portugueses sobre os povos que eles encontrassem nas navegações, fora da Europa cristã. O decreto vale não apenas para africanos, mas para todos os povos não-cristãos.** Por esta razão, os portugueses implementaram um sistema de viagens de exploração comercial e ataques às cidades africanas e asiáticas, seguido de pilhagens, saques e aprisionamento das populações e a seguinte escravização na Europa. Foi assim que Portugal iniciou a produção de açúcar com conhecimentos e mão-de-obra africana. Sistema que depois realizou, em larga escala, na colonização do Brasil.

**Decreto Papal semelhante ao de Portugal foi concedido à Espanha em 1493, permitindo a posse das terras encontradas na América e a escravização das populações indígenas.** Com o decorrer do tempo, todas as nações europeias entraram no tráfico de cativos africanos para serem escravizados na América. O tráfico possuía, de início, outras rotas que eram apenas da África para a América. Um exemplo disso foi quando da colonização da África do Sul pelos holandeses, com início em 1658. Estes importavam prisioneiros da Ásia (Índia e Tailândia) e da própria África (Angola e Moçambique) (CLARK, 2001)

**Precisamos dizer que todas as igrejas cristãs europeias participaram das agressões contra os povos africanos depois da iniciativa da Igreja Católica. Também que os motivos da**

**Igreja Católica não eram apenas religiosos. A igreja lucrava com a exploração do escravismo. Bispos na Europa participaram do tráfico de cativos. A Igreja mesmo teve muitos escravos em várias partes do mundo.** O texto bíblico foi deturpado e utilizado por várias igrejas cristãs para justificar a sua posição com relação ao escravismo dos africanos. Os falsos **argumentos eram retirados de interpretações de passagens bíblicas para dizer que os negros não tinham alma ou que eram os povos destinados pela Bíblia a serem escravos.** Problema semelhante aos do passado ocorrem atualmente, com as mesmas consequências graves para a segurança das pessoas, quando pastores fanáticos e racistas dizem que os elementos da cultura negra são coisas do diabo e abomináveis para uma sociedade cristã. Nos textos originais bíblicos não existe nada neste sentido. O que tem sido pregado atualmente é produto de uma forma racista de conceituar as religiões africanas e os elementos da cultura negra.

Importante notar que, do século 6 ao 14, Portugal foi dominado pelos Almorovitas, que nós denominamos de Mouros. Estes são povos africanos islamizados que constituíram um poderoso reino no norte da África. Estes Almorovitas dominaram não apenas uma extensa região no continente africano, como também uma imensa rede comercial que se estendia pela Ásia e sul da Europa. Os Almorovitas são hoje povos do Mali, Tuaregues e Berberes do Marrocos e da Argélia. A relação de guerras entre africanos e europeus datam deste período. As guerras eram dadas pelo comércio, mas tinham também significado religioso. O cristianismo era uma



religião externa à Europa e que foi adotada pelos europeus, passando a ser o símbolo da unificação dos reinos europeus e da constituição da civilização ocidental. **Então, o aprisionamento de africanos e a escravização na Europa foram realizados inicialmente por motivos religiosos. Por este motivo é que o Papa Paulo II pediu perdão aos africanos pela escravidão.**

**Devemos ressaltar que a origem deste ciclo do escravismo europeu que se iniciou com as bulas papais de 1452 e 1493 e que vitimou milhões de africanos, nada tinha de particular em termos de raça ou cor contra os africanos.** O desenvolvimento do sistema escravista criminoso, em épocas subsequentes, estigmatizou o africano apenas como escravo. De um problema cultural religioso e com o passar de dois séculos, resultou um problema racial cuja consequência vivemos até o presente. Neste sentido, é preocupante o racismo religioso antirreligiões africanas no presente. A Macumba e o Candomblé têm sido estigmatizados como coisa do demônio. Trata-se de uma forma de racismo com consequências atuais e futuras preocupantes. Na história da humanidade são vários os exemplos da evolução de atitudes de simples ideias chegando ao genocídio de povos. Do nada se faz um ciclo de atentados criminosos contra um povo. Passam a pregar por palavras, orientam a massa popular contra fatos simples, depois transformam em normas sociais e, na sequência, em leis criminosas, perseguindo e por fim matando para eliminar o suposto mal. (CUNHA JR, H. Os negros não se deixaram escravizar, *Revista Espaço Acadêmico*, nº 69, fev/2007) (grifo nosso)

Estão aí as razões do surgimento da escravidão. Tudo começou, por mais estranho que possa parecer, pela bênção papal.

Charrir Kessin de Sales Ojénna é outro autor que afirma algo semelhante:

### 3 – A Religião Apoiou a Escravidão

Santo Agostinho (354-430), considerava que a escravidão era um castigo de Deus pelos pecados que ele cometeu.

Santo Anselmo (1033-1109), estabelecia que os filhos de escravos deveriam permanecer escravos, uma vez que, os pais não conseguiam pagar todos os pecados que carregava.

São Tomás de Aquino (1225-1274), considerava a escravidão uma consequência do pecado de Adão, que os escravos terão que pagar. A Igreja Católica utilizava a escravidão para impor castigos aos infiéis, com a justificativa de que a escravidão era uma maneira de purificar os pecados. Durante o século XIII, com a intensificação do Comércio Marítimo, o tráfico de escravos atingiu o apogeu dos negócios lucrativos, pelos genoveses e catalães e outros Piratas da época. Muitos comerciantes de escravos, eram vinculados à igreja católica, como participante em eventos religiosos ou sociedades com o Vaticano.

**Em 1249, o Papa Inocêncio IV (papado 1243-1254), “estimulado” pelos altos comerciantes de escravos negros, devido aos altos lucros nas negociatas, para tranquilizar os proprietários dos grandes estoques de escravos e estimular os**

compradores, emitiu a **Bula Papal**, estabelecendo que:

1 – **Negro não tem Alma, escravizá-lo seria um ato de caridade.**

2 – Com 20 anos de escravidão o Negro adquiria Alma e o direito de ser batizado.

3 – Se for fiel ardente, com mais 20 anos de escravidão, poderia até ser salvo.

**Esta Bula Papal, elevou a cotação do escravo Negro, no mercado de escravos, em 207%** e fez muitos milionários, da noite para o dia, dos comerciantes de escravos, principalmente italianos e espanhóis. (SALES, C. K. *Coisas de sábios religiosos*, [http://charrir.sites.uol.com.br/index.07\\_CoisasSabiosReligiosos.html](http://charrir.sites.uol.com.br/index.07_CoisasSabiosReligiosos.html)) (grifo nosso).

Pena que quase ninguém sabe dessas coisas; mas, como as fogueiras da inquisição não consomem mais os heréticos, que buscam a verdade, o que realmente aconteceu no passado vem à tona. Ela, a verdade, vai aparecendo aos poucos, parece-nos, seguindo o preceito bíblico: *“nada há encoberto que não venha a ser revelado.”* (Mateus 10,26)

Achamos que é necessário apresentar algo para confirmar que a Igreja achava que os negros “não tinham alma”:

2.3 – Sem história e sem alma

**Os negros que chegavam ao Brasil, para a**

**Igreja Católica não tinham alma.** Para comerciantes e senhores de escravos, os negros não podiam ser distinguidos de animais ou objetos. Isso é evidenciado em diversos exemplos de manchetes de jornais da década de 1850, citados por Berkenbrock (1998). Para mencionar apenas uma dessas manchetes:

G. A Blosen vende ou aluga sua casa, rua Canella, com uma mulata, e a Enciclopédia Britânica de 26 volumes, obra mais perfeita que existe. (Jornal da Bahia – 30 de setembro de 1854). (Berkenbrock, op. cit., p. 88).

Apesar da Igreja Católica e dos senhores de escravos, os negros que chegavam ao Brasil traziam suas culturas e com ela, sua religião: a religião dos Orixás. Para Berkenbrock, esta é sem dúvida a religião africana que mais influenciou a formação das religiões afro-brasileiras.

De acordo com Ligiéro, **foi somente a partir de 1741 que o negro passou a ter alma, pelo menos, afirma, para a Igreja Católica.** Ligiéro conta que foi neste ano que **a bula papal Immensa Postorum, do papa Bento XIV atesta que os negros, apesar de infiéis, poderiam ser convertidos ao cristianismo,** como todas as demais raças. E como era para a Igreja Católica a alma negra?

**Se o negro ganhava o direito de ter alma, esta alma seria branca, atrelada aos conceitos da religião oficial.** A Igreja não poderia jamais conceber o quanto era original a concepção de alma trazida pelos negros escravos vindos da África para o Brasil. Tampouco desconfiava da profundidade de seus

mitos, da complexidade de seus ritos e da tenacidade de sua fé. (Ligiéro, Revista Ano Zero, 1990, p. 7).

A manifestação das crenças nativas africanas, explica Ligiéro, trouxe novas formas de sentir e pensar a relação com a terra e o universo. Este autor também evidencia que diversos grupos étnicos deixaram uma herança visível até hoje. Ligiéro pergunta como foi possível a sobrevivência dessas culturas no Brasil? De acordo com o pesquisador, alguns estudiosos chamam atenção para o fato de que, na África, quando o indivíduo vai para a cidade, abandona por completo sua relação com a floresta e com a tribo de origem.

Ele deixa de lado seus costumes e as religiões de seu povo. Nesse sentido, tanto o islamismo quanto o cristianismo são associados ao progresso e à entrada no chamado mundo civilizado branco europeu. No Brasil, o fenômeno foi inverso. O negro conservou as suas tradições porque, através da memória de sua gente, encontrava forças para suportar a escravidão. (op.cit., p.3)

Ainda segundo Ligiéro, a permissão oficial para a realização dos batuques, concedida no século XVIII, garantiu o espaço para a livre manifestação da cultura africana(2). Esses batuques, afirma, reuniam numa única celebração várias nações negras rivais, servindo como estímulo ao diálogo entre elas, o que acabou, diz Ligiéro, conduzindo a uma fusão de cultos e rituais de distintas cidades africanas num mesmo terreiro.

---

(2) O autor usa o termo cultura africana, mas

prefiro pensar em culturas africanas.

(GUEDES, 2005, p. 50-51) (grifo nosso).

Continuando, podemos, também, apresentar esta fala do historiador Ricardo Henrique Salles, professor e doutorando pela Universidade Federal Fluminense, que estuda, há mais de trinta anos, a escravidão como causa da exclusão social no país; diz ele, em se referindo à Igreja Católica: “Ela, por um lado, não há como deixar de ser, é co-responsável por um dos episódios mais terríveis da história moderna do Ocidente, que é a escravidão africana”. (<http://amaivos.uol.com.br>).

No livro *História da Igreja no Brasil*, quando se fala sobre “A Igreja na emancipação (1808-1840)” o autor do texto, Pe. João Fagundes Hauck (1922-2007), nos apresenta algo sobre a posição dos bispos, aqui em nossa Pátria:

Acresce que o relacionamento de Roma com a Igreja do Brasil era quase nulo, desnecessário, e até suspeito, uma vez que a extensão sem limites do padroado era aceita por bispos e padres. (HAUCK, 1980, p. 15)

O padroado era um sistema pelo qual os imperadores ibéricos tinham jurisdição eclesiástica; eram eles quem nomeavam as autoridades religiosas – padres e bispos –, podendo, inclusive, essa escolha cair sobre

uma pessoa completamente leiga; posteriormente comunicava-se ao Papa. Continua Pe. Hauck dizendo:

A consciência dos bispos não é adequada para dar-nos uma ideia da Igreja brasileira; eram funcionários de uma religião de Estado agressivamente única, vindos de fora quase todos, sem identificação com o povo que deviam reger e ensinar. Por parte das autoridades civis era tão abrangente o conceito de padroado que nem se pode falar de Igreja como instituição distinta do poder absoluto do Estado, que absorvia a religião como uma de suas instituições fundamentais.

Funcionários, mais do que pastores, os sacerdotes se laicizavam e buscavam profissões mais rendosas, desinteressados da religião do povo. O campo em que os eclesiásticos podiam distinguir-se, e realmente se distinguiam, era o político, mercê de uma situação privilegiada, por constituírem a parte mais numerosa da pequena elite intelectual.

**Grandes formas de opressão existentes, como a escravidão e o extermínio dos índios, não mereceram uma tomada de posição dos bispos.** (HAUCK, 1980, p. 15-16) (grifo nosso)

Assim, percebe-se bem por qual motivo os homens da Igreja, raras exceções, não se preocupavam com os escravos e os índios, pois, num linguajar bem popular, “tinham o rabo preso” com o poder político.

Nessa mesma obra, frei Hugo Fragoço, analisando o período 1840-1875, com relação à Igreja no Brasil, disse

sobre como os negros encaravam a Igreja:

E os negros? Como é que eles viam a Igreja? Antes de tudo a Igreja era vista como uma “propriedade dos brancos”...

Para os negros escravos era uma realidade dolorosa sentida em sua própria pele o fato de a Igreja ser em grande parte um instrumento nas mãos dos brancos para a ratificação da escravatura. Com a própria palavra de Deus os “brancos” procuravam convencer os negros de que eles foram amaldiçoados por Deus para servirem de escravos aos brancos. Castro Alves na poesia *Vozes da África* expressa este argumento dos “brancos”, colocando-o na boca dos próprios africanos. A África chora perante Deus a sua dura sorte, mas reconhece que a escravidão é a consequência do “anátema cruel” de Deus sobre Cam e seus descendentes.

Os próprios negros livres não se sentiam no âmbito da Igreja como em sua “própria” casa, pois ficavam sempre marcados com o ferrete de descendentes de um “povo infiel”. E essa marca, conforme exigências canônicas, impedia-lhes o acesso ao sacerdócio e à vida religiosa. E essa marca os fazia, em suma, cristãos de “segunda categoria”.

Mas os negros viam também a Igreja como o meio através do qual eles conseguiam sua promoção religiosa e social. Um certo acesso ao mundo dos brancos era conseguido de modo especial através da Igreja. Ser “irmão de São Benedito”, “irmã de Santa Efigênia”, “irmão de N. S. do Rosário” dava aos olhos dos negros foros de



importância. Pelas irmandades e confrarias os negros se sentiam promovidos social e religiosamente. Elas eram como que um “sucedâneo” do sacerdócio e da vida religiosa, proibidos juridicamente para os negros. Vestir a opa ou ostentar o distintivo de “irmão”, ter seu lugar “oficial” nas procissões dos brancos, possuir uma igreja como “sua” (a capela da irmandade) – tudo isso era algo de realmente significativo para os pobres negros. E nessas confrarias e irmandades eles podiam chegar a postos que tinham sua importância: presidente, secretário, tesoureiro, etc.

Porém a Igreja se revestia de importância especial para os negros pelo fato de ter ela força sobre o “outro mundo”. A religiosidade dos africanos e afro-brasileiros estava voltada mais para o passado que para o futuro. Daí, a Igreja, prometendo uma salvação especial para o após-morte, vinha encher uma lacuna na religiosidade dos negros. Nas mãos da Igreja estava o poder de “alterar” a sorte das almas no outro mundo. (FRAGOSO, 1980, p. 146-147)

Importante vermos esse outro lado da moeda; não é mesmo?

Continuando com as evidências da relação da Igreja com os escravos, trazemos agora de Clóvis Moura (1925-2003), sociólogo, jornalista e professor do Ensino Superior, em São Paulo, o seguinte:

[...] Toda a estrutura desse controle cultural, nas suas diversas gradações, foi racionalizada para que os padrões dessas diversas culturas africanas

fossem considerados inferiores.

Por outro lado, dentro do contexto colonial-escravagista **as religiões africanas eram** consideradas especialmente exóticas e, ao mesmo tempo, **perigosas**. Isto acontecia, em primeiro lugar, em decorrência do **monopólio da Igreja Católica nesse nível, pois somente os seus preceitos de explicação do sobrenatural eram considerados verdadeiros**. Em segundo, a religião que detinha o monopólio da explicação do sobrenatural tinha poderes, também, de explicar o natural. **Daí porque a Igreja Católica procurou, através daquilo que foi chamado posteriormente de *sincretismo*, penetrar e desarticular o mundo religioso do africano escravizado, usando o método catequista, batizando-o coercitivamente, num trabalho de *cristianização* que nada mais era do que tentativas, via estrutura de poder, de monopolizar o sagrado e influir poderosamente no plano social e político**. Esse sincretismo, por isto mesmo, era unilateral. Era um *sincretismo* de uma só via. A Igreja Católica somente permitia esse chamado processo sincrético de cima para baixo, jamais permitindo a *contaminação* dos seus princípios teológicos pelas posições *animistas*, *fetichistas*, e por isso mesmo primitivas, das religiões dominadas. Com esse sincretismo de uma só via acreditava-se que, dentro de pouco tempo, essas religiões desapareceriam no bojo de um *catolicismo popular*, o qual seria anexado ao corpo da Igreja Católica.

[...].

**Toda uma literatura, por essas razões, foi arquivada e continua funcionando no sentido**

**de mostrar que as religiões africanas, e posteriormente as afro-brasileiras, são inferiores,** no máximo consentidas por munificência dos senhores, durante a escravidão, e dos aparelhos de poder das classes dominantes, após a Abolição.

[...].

Sempre a defesa do dominado, do oprimido, do discriminado é ambígua. Aquele que não pode atacar frontalmente procura formas simbólicas ou alternativas para oferecer resistência a essas forças mais poderosas. **Dessa forma o sincretismo assim chamado não foi a incorporação do mundo religioso do negro à religião dominadora, mas, pelo contrário, uma forma sutil de camuflar internamente os seus deuses para preservá-los da imposição da religião católica.**

O conceito mais abrangente de aculturação, por seu turno, procurou explicar o comportamento atual do negro como sendo fruto do contato contínuo entre o dominador e o dominado, desejando o primeiro impor os seus padrões culturais e o segundo, imitá-los e absorvê-los.

O sistema escravista, pelos métodos de repressão que os seus representantes praticavam, repeliu os valores das culturas dominadas. Em contrapartida, os seus adeptos procuravam disfarçá-los, fazê-los aparecer sob outras formas, mas sempre mantendo o seu significado simbólico inicial. Não havia como fugir à religião oficial, num tempo em que existia o monopólio do poder político e o monopólio do poder religioso, pela classe senhorial e a Igreja Católica respectivamente. Daí

o mecanismo de defesa sincrético dos negros.  
(MOURA, C. 1989, p. 34-36) (grifo nosso)

Eis aí a escravidão religiosa imposta pela Igreja Católica aos africanos, que, certamente, nunca se preocupou com a salvação das almas deles; caso contrário, teria lutado bravamente contra a escravidão, defendendo a igualdade dos direitos, incluindo, aí, o deles professarem a religião de seus ancestrais. No plano arquitetado de inferiorizar a religião deles, também por tabela, agem contra o Espiritismo, porquanto, até hoje, não sabem que o fato de tartaruga botar ovos não faz dela uma ave; por isso misturam-nos como se praticássemos uma mesma religião, não levando em conta que as origens delas são completamente diferentes. E toda e qualquer manifestação religiosa, seja ela qual for, que procura incentivar os homens a buscar os valores morais e espirituais, merece o nosso respeito.

No livro *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*, Manolo Florentino (org) apresenta vários textos sobre esses assuntos, nos quais notamos um fato curioso: várias embarcações, usadas no tráfico negreiro, tinham nomes como: “Santana”, “Santo Antônio e Almas”, “N. Sra. de Nazaré”, “N. Sra. das Angústias e Santa Isabel”, “N. Sra. da Boa Viagem e Três Reis”, “São João e São José”, “Mestre de Deus”, “São José Diligente”, entre outros.

Diante disso a conclusão a que chegamos é que os católicos eram os que praticavam o tráfico dos negros; quem sabe, sob as bênçãos de algum “santo” padre. Tal fato pode ser confirmado por Joaquim Nabuco, em *A Escravidão*, onde se lê: “os católicos sustentavam o tráfico espanhol e português, os protestantes o inglês, para as Antilhas e para a América do Norte” (NABUCO, 1988, p. 76) e, também, por Jaime Rodrigues, que disse: “os primeiros grandes traficantes foram os cristãos-novos (judeus convertidos à força ao catolicismo) portugueses, no momento da hegemonia de Portugal” (RODRIGUES, 1999, p. 13)

E aproveitando que estamos citando Joaquim Nabuco, vamos ver a sua opinião sobre este assunto, já que foi um abolicionista de mão-cheia. Transcrevemos do seu livro, já citado:

A religião católica, única por assim dizer do país, transigiu com o fato, e não se perguntou mais no confessionário, se, sendo roubar e matar contra os mandamentos do Sinai, não o seria também ter escravos sob si e nunca se o disse do púlpito. **Os conventos foram, com o andar dos tempos os maiores proprietários de homens e os tinham para a *summa glória de Deus*.** A religião também perdeu no seu vergonhoso compromisso e degenerou numa grosseira criação em que **as imagens do culto católico não eram senão o aperfeiçoamento artístico dos fetiches africanos.** Assim tudo invadiu a escravidão,

manchando a tudo. (NABUCO, 1988, p. 32) (grifo nosso)

## § 2º – A Escravidão Corrompe a Religião

É um misto de superstições a religião dos negros. O fetichismo da África temperado pelas formas exteriores do catolicismo, eis o elemento das suas crenças. Como não podem penetrar nos princípios metafísicos, a parte superior da religião escapa-lhes: eles veem nas imagens não o símbolo, mas a substância do ente superior. O seu Deus é um ser mau que o condenou à opressão. Toda a sua moral é o medo. Demasiadamente perversos, evitam o mal pela pena. De catolicismo nada aprendendo, só aprendem a exterioridade dos ritos. O batismo, para eles, é a água; o matrimônio, a junção das mãos; Deus é o barro; Jesus é o crucifixo; nenhuma vai adiante do símbolo, nenhum atravessa a forma. Isso faz com que eles sejam completamente perdidos para qualquer sentimento religioso, porque não se pode chamar religião esse fetichismo católico apenas, porque **as imagens do culto católico são para eles variantes das que adoraram seus pais em Guiné e no Congo**. Ninguém se interessando por eles percorre a existência sem uma noção de honra, de dever, de moral e de religião. É um espetáculo triste a observação desses espíritos tão curtos, tão encerrados nas trevas, que parecem ser apenas matéria animada. **O sopro, que na lenda da Bíblia, foi a alma do primeiro homem, existe neles indistintamente: não se adivinha em pensamento elevado, um nobre estímulo nesses banidos da terra. Quem tem a culpa desse atraso? Os senhores.**

## OS ESCRAVOS E OS SACRAMENTOS

**Quando o escravo nasce mandam-nos batizar: mas esse sacramento, que, na crença católica, os adquire para o céu, é uma formalidade que só serve para inscrevê-los no rol dos escravos.** Nunca lhe dizem o que esse sacramento significa: nunca lhe falam de seus deveres religiosos. A moral cristã é leite de que eles nunca provaram. Que vale pois esse batismo sem consequências, esse ato que abrange a extrema infância de um homem e que para ele não traz, nem a redenção do pecado, porque não lhe ensinam a virtude, nem a redenção de opróbrios, porque o deixa na infâmia do cativo? E assim os mais sacramentos: o matrimônio raras vezes, nas propriedades agrícolas, santifica o ajuntamento escravo, com seu caráter de perpetuidade. Que vale além disso um sacramento indelével e inapagável por sua natureza, quando os fatos estão aí que dizem que o senhor separa o marido e a mulher; que entre estes é inevitável a traição e que o adultério, mas o adultério de todos os dias, a promiscuidade das senzalas, separa-os e inça a união de filhos que não são do marido? Que sacramento é esse que na sociedade civil dos senhores tem a força pública e as penas para se fazer respeitar e vingar quando violado, como quando há bigamia e quando há o adultério, e que na sociedade escrava é entregue com sua própria força, que é nenhuma, à necessária dissolução dos costumes e aos instintos brutais dessa classe infeliz? Que santidade tem essa formalidade que não faz o vínculo perpétuo perante a lei, que não dá aos cônjuges direitos nenhuns mútuos, que não faz livres os filhos, e mesmo não passa aos pais os direitos de criação e alimentação, que, finalmente,

tolerada pelo senhor, é destruída a seu menor capricho? Em quantos lugares não se há visto, para substituir sumariamente o matrimônio na igreja os donos de grandes fazendas distribuírem casamentos e consagrarem-nos com sua autoridade? Quantas vezes não casam e descasam os senhores pares de seus escravos, sempre no interesse do ventre e da reprodução? Eis o que é o matrimônio. Que mais sacramentos visitam o pobre escravo? Jamais a extrema-unção chegou-lhes. Na hora da morte, eles causam o maior dano aos senhores, essa hora pois é amaldiçoada. Ninguém quer saber como morreu, se podia viver; nem há o nome para a cruz, nem cruz para o cemitério. A cova é aberta numa hora, e enterrado logo o corpo que pode apenas estar dormindo o sono cataléptico. Não há mais nada: eis como a religião penetra na vida do escravo; **eis o resumido papel que desempenha casualmente o padre que atravessa a propriedade agrícola, que senta-se à mesa do senhor, que serve-se gratuitamente do serviço dos escravos, a que não fala, a quem despreza. Em sua cumplicidade, tudo isto é horrível.** E dizer-se que habituamo-nos de tal forma ao crime, que ele nos parece uma condição natural da existência das duas raças. **Eis o que se tornou o catolicismo abraçando a escravidão: os mosteiros encheram-se de escravos, não perseguidos, mas comprados; os bens das comunidades religiosas contaram-se por cabeças de homens e de gado.** E no entanto eles, os frades, acreditam ainda que servem a Deus; seu misticismo todo aparente, é nenhum, porque não é só a corrupção que reina nos claustros, é também a ignorância, e o misticismo



ainda que uma dedicação é também um sistema, não lhes deixa ver que ao passo que pretendem absorver-se em Deus pelo espírito... martirizam o próximo. Quantas vítimas não fizeram os conventos? Pactuando com a pirataria, quantas famílias inteiras não tiveram sob seu poder e não têm ainda hoje? Nem se nos diga que os escravos são bem tratados: não, as fazendas são arrendadas, a diversos, eles têm escravos para alugá-los a senhores despóticos. **Nem se exalte a caridade de certos conventos que libertam escravos... eles libertam os velhos, talvez libertem as crianças:** mas o crime tem se perpetuado: hoje a mancha é muito negra, e a Igreja brasileira do seio da qual Vieira advogara a liberdade dos Gentios, não devia manchar-se no comércio de carne humana; não devia arrastar seu manto puro das cinzas dos grandes crimes do catolicismo, a Inquisição e a noite de 24 de agosto de 1572, por entre as misérias da escravidão; hoje ela está poluída, e **por isso é que nos ajuntamos àqueles que querem a extinção das ordens religiosas**, enquanto a Igreja não estiver separada do Estado: sim, porque os claustros que se tinham contaminado com a corrupção, que se tinham desprestigiado com a ignorância, tornaram-se diante de Deus e da civilização réus de um crime que não tem perdão, por vir dos ministros de Jesus, do grande mártir da liberdade. O crime todos o sabem. É a escravidão.

[...].

**Quanto ao que a Igreja perdeu em viver sobre a escravidão**, e nos mosteiros da escravidão, pode-se dizer que perdeu tudo: **degenerou entre essa raça** em um misto já por

nós qualificado, e quanto a seu desenvolvimento entre os senhores perdeu a égide de todas as instituições religiosas, a caridade. **A igreja** que se sentou na primeira cadeira de um estado escravocrata, que aceitou a troca de umas côngruas para seus ministros e de uma injusta intolerância contra seus adversários, a tutela humilhante de um Estado, cuja base era a escravidão, **que comprou em hasta pública e de todos os modos homens naturalmente livres e que dizia e chama seus filhos**; que, se ergueu pela voz de um de seus grandes luminares um grito abolicionista, **pela de um de seus pastores advogou o tráfico**; que se senta à mesa dos senhores, enche-os de suas graças, de sua absolvição, fá-los tabernáculos, na mesa da comunhão, do seu Deus vivo; **a Igreja que nunca se pôs entre nós do lado dos aflitos, que não se dedicou à manumissão de escravos**, que vive lado a lado nos lugares em que não os oprime, com cativos, cuja sorte nem a impressiona, é uma igreja particular que se cobre com o manto do Cristo, da mesma forma que os vendedores fariseus com a sombra do templo. É uma igreja inteira dominada por uma seita: o Jesuitismo, e por isso mesmo carecendo de uma reforma, daquela reforma em que, no século décimo quinto, os padres do concílio de Constança julgaram dever compreender o Papa e os bispos e o clero, a cabeça e os membros do corpo católico. Quem assim desprestigiou a nossa Igreja? A escravidão, que a corrompeu em sua essência, e que a corrompeu em seus ministros, em sua história, e em sua missão. No entanto estamos a dois passos da abolição. Se não fosse o próprio instinto da vingança estar arrefecido nos negros pelo medo,

devíamos tudo rezear da mudança, que seria uma catástrofe e **a sociedade e a religião, essas fontes vivas da escravidão no nosso país**, por seu espírito limitado, talvez desaparecessem, como o mundo romano e o politeísmo, na poeira de uma nova invasão de bárbaros. (NABUCO, 1988, p. 35-39) (grifo nosso)

#### § 5º – A Escravidão é a Negação do Cristianismo

A religião de Cristo não podia permitir abençoar cativo algum. Mas o interesse tem tanta força que às vezes chega a falsear o sentimento, e quando se supõe argumentar convencido, argumenta-se interessado. Assim os proprietários chegam a reconhecer a legitimidade da escravidão, e desde Aristóteles, que a fundou na diferença das raças, até os representantes da Carolina do Sul que a chamaram de pedra angular da república e da liberdade, todos os motivos têm sido bons para dar ares de equidade a esse arbítrio vivo. O cristianismo também tem sido invocado, e do fato de ser a escravidão uma instituição hebraica, contra a qual Cristo nunca se levantou especialmente, tem-se concluído que ela não é contrária ao espírito cristão. De feito, no Congresso americano Jefferson Davis dizia em sessão de fevereiro de 1850, a propósito das resoluções de Henry Clay: “basta-me saber que a escravidão foi estabelecida por decreto de Deus todo poderoso, que está sancionada na Bíblia, em ambos os testamentos, do Gênesis à Revelação, que ela existiu em todas as idades, foi encontrada entre os povos da mais alta civilização e nas nações de maior proficiência nas artes”. (\*)

---

(\*) Speech of Mr. Davis (of Missi.) on the subject of Slavery in the territories, pág. 17, 1850.

(NABUCO, 1988, p. 45) (grifo nosso)

É bom que se diga que isso foi escrito em 1870, quando Nabuco estava com 21 anos, demonstrando que, ainda bem novo, tinha ideias totalmente humanistas. E até acreditamos que, se ele ainda fosse vivo, seria, certamente, um espírita, pelo que consta no seguinte trecho:

Assim aparecendo na terra com sua organização deficiente, o homem para satisfazer às exigências imperiosas dos sentidos recebeu faculdades, cuja aplicação se exerce no mundo exterior: as coisas cairão sob o poder dele por que eram solicitadas por seus instintos: **fora do mundo, a alma pode viver; o corpo, não.** [...].

Ocupação e trabalho são dois fatos que não se podem encontrar na espoliação da liberdade humana. Ocupam-se coisas, não se ocupam pessoas. **A pessoa não é só um corpo, é uma alma: não é um agregado efêmero, é um princípio eterno. Há em nós o sopro divino no limo: o espírito na matéria.** A ocupação do homem pelo homem chama-se pirataria, despotismo, escravidão, assassinato: não se chama propriedade. Trabalho? O trabalho se exerce no mundo exterior, é uma aplicação de nossa inteligência, de nossa aptidão sobre a matéria. Não se trabalha num corpo humano, não se trabalha numa alma, a menos que em relação àquele chaméis trabalho às correntes, e a esta a

ignorância e a perversão em que a mergulhais.  
(NABUCO, 1988, p. 33-34) (grifo nosso)

Aqui está um homem à frente do seu tempo.

Ainda com relação ao ano de 1870, encontramos uma prova na qual podemos comprovar que a Igreja Católica possuía escravos, o que será confirmado, um pouco mais à frente, por José Murilo de Carvalho (1939- ) (CARVALHO, 1998, p. 77). Vejamos o que nos informa Hugo Fragoso citando a obra *Chronica Religiosa*, ano II, n. 48 [378]:

No Relatório do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1870, foi apresentada uma relação destes bens dos religiosos. Os **beneditinos** com 41 religiosos em 11 mosteiros tinham 7 engenhos, mais de 40 fazendas e terrenos, 230 casas, **1.265 escravos (já tinham libertado uns três mil escravos)** e 2 olarias. Os **carmelitas** com 49 religiosos em 14 conventos tinham mais de 40 fazendas e terrenos, 136 prédios, **mais de 1.050 escravos**, 4 engenhos, 2 olarias, 910 cabeças de gado. Os **franciscanos** com 85 religiosos em 25 conventos tinham **uns 40 escravos**. Os **mercedários** com um único religioso restante tinham **200 escravos** e 4 fazendas. **As religiosas (clarissas, ursulinas, concepcionistas, carmelitas descalças)** tinham globalmente 94 religiosas, **com 405 escravas e servas**, 121 casas. (FRAGOSO, 1980, p. 201) (grifo nosso)

Um detalhe: na data mencionada já se fazia um ano da morte de Kardec, ou seja, a Igreja tinha escravos até depois do desencarne da pessoa a quem os críticos católicos acusam de racista.

O escritor, jornalista e historiador britânico Paul Bede Johnson, católico e conservador, educado na jesuíta independente escola *Stonyhurst College* e no *Magdalen College* da *University of Oxford*, autor da obra *História do Cristianismo*, da qual transcrevemos alguns trechos em que cita o racismo da Igreja Católica, da qual faz parte, é bom que se diga:

Desde o princípio, pois, **as cruzadas foram caracterizadas por depredações e violência de natureza tanto racial** quanto religiosa em sua origem. (JOHNSON, 2001, p. 295) (grifo nosso)

[...] Alessandro Valignano, seu vigário-geral no Oriente, talvez o maior dos estadistas missionários. [...] Suas opiniões **a respeito das raças eram um curioso misto de preconceitos e esclarecimento**. Com base em sua experiência pessoal, **via os indianos como “um povo indigno e bestial”**. Não podia haver condições de torná-los jesuítas, porque **“todas as raças escuras são muito obtusas e corruptas e possuem os espíritos mais vis**, e também porque os portugueses tratam-nos com grande desprezo”. Não gostava de portugueses, e tampouco de espanhóis; entretanto, tinha para sua ira, de curvar-se à sua determinação de que ninguém de sangue judeu (e, por extensão, mestiço) poderia

ser admitido na ordem jesuíta, já que poderia ser classificado como cristão-novo ou criptojudeu. (JOHNSON, 2001, p. 506) (grifo nosso)

[...] O mesmo ocorreu com os metodistas. (Em 1843, **mil e duzentos clérigos metodistas eram donos de escravos, e vinte e cinco mil membros da Igreja possuíam**, juntos, mais de duzentos mil). [...] (JOHNSON, 2001, p. 533) (grifo nosso)

[...] A Igreja Presbiteriana do Sul decidiu, em 1864: “não hesitamos em afirmar que **é a missão específica da Igreja do Sul conservar a instituição da escravatura**, fazendo dela uma benção tanto para o senhor quanto para o **escravo**”. (Ela também justificou a separação da Igreja do Norte alegando, de outro modo, “a política iria imiscuir-se em nossos tribunais eclesiásticos”.) O dogma de que a escravidão era inerentemente pecaminosa era “sem relação com as Escrituras e fanáticas (...) uma das mais perniciosas heresias dos tempos modernos”. (JOHNSON, 2001, p. 533-534) (grifo nosso)

[...] Em 1888, **vendo que o Brasil finalmente tinha abolido a escravidão, alinhou a Igreja com o que era agora senso comum: *In plurimis*** declarou a Igreja “oponha-se por completo àquilo que era determinado originalmente por Deus e pela natureza” – conciliando, assim, com elegância, o novo alinhamento da Igreja com a opinião da maioria com **sua incapacidade de condenar a escravidão antes**. [...] (JOHNSON, 2001, p. 565) (grifo nosso)

É interessante essas colocações de Paul Johnson, pois trata-se de um católico que acusa a Igreja de racista.

O ultrarradical antiespírita Cardeal Alexis Henri Marie Lépiciér (1863-1936), autor do livro *O mundo invisível – uma exposição da teologia católica perante o moderno Espiritismo*, vem esclarecer sobre um ponto interessante, objeto de escárnio dos detratores; leiamos:

Se, quando tentamos ensinar alguma coisa aos outros, encontramos um aluno com um poder **intelectual superior** e com boa compreensão, bastará que lhe apresentemos os princípios gerais, sem termos de fazer a dedução pormenorizada de todas as conclusões que desses princípios derivam, visto que o intelecto do aluno será capaz de tirar essas conclusões que, de relance, ele verá contidas nos princípios gerais que lhe enunciámos. Mas, com uma **inteligência de inferior capacidade**, é necessário que o professor lhe aponte, uma a uma, as diversas conclusões que desses princípios podem ser deduzidas. É só então que ele compreende esses princípios gerais nas suas aplicações. Apresentar-lhe esses princípios gerais, e não as inferências e deduções respectivas, não seria suficiente, visto que o entendimento do aluno carece dos poderes intuitivos naturais e necessários para, por si, fazer a devida dedução. (LÉPICIER, 1960, p. 140-141) (grifo nosso)

Ótimo; então existem pessoas mais inteligentes que as outras, conforme dito por um Cardeal católico;



pronto, é o que nos bastava.

Continuando, vamos transcrever a resposta, que a nós foi dada, por um escritor ex-católico que, inclusive, estudou em seminário, ao qual perguntamos, via e-mail: Chaves, você, como entendido em assuntos da Igreja Católica, saberia me informar se houve, em algum tempo, um papa de cor negra?

E em relação aos padres há alguma estimativa de quantos são e quanto representam os de cor negra neste universo? Obtivemos o seguinte esclarecimento:

-----Mensagem original -----

Assunto: Re: informação

Data: Tue, 18 Jul 2006 23:28:44 -0300

De: escritorchaves <escritorchaves@ig.com.br>

Paulo,

Nunca houve um papa negro na Igreja. Porém, o superior geral dos Jesuítas tem o nome de Papa Negro. Parece-me que foi João XXIII que nomeou o primeiro cardeal negro. Bispos e arcebispos negros já há bastante tempo que eles existem, não sabendo eu precisar quando isso aconteceu pela primeira vez, mas já há séculos que isso acontece. Os Redentoristas, congregação em que eu estudei, no meu tempo, não aceitava para seminarista quem fosse negro nem quem fosse filho de casais separados. Santo Afonso Maria de Ligório, o fundador dos Redentoristas, proibiu na sua Congregação Redentorista o padre preto, porque,

segundo ele, quando houvesse um padre negro pregando um sermão, os inimigos da Igreja fariam pilhérias do tipo: eis aí um urubu falando ou cale a boca, urubu etc. Os padres pretos são minoria na Europa, o que não é de estranhar, pois a população de negros lá é muito reduzida. No Brasil, a porcentagem de padres negros é bem maior. E sobre os Redentoristas, creio que a recomendação de Santo Afonso não está sendo seguida pela Congregação.

Abraços.

José Reis Chaves

Corroborando essa opinião do professor José Reis Chaves, temos:

Na Igreja Católica, há apenas oito bispos (em um universo de cerca de 400) e 550 padres negros (de um total de 14 mil), segundo dados da Pastoral Afro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em outras igrejas cristãs a situação não é diferente, apesar de não haver dados numéricos totalizados. Dentre as evangélicas, apenas a Metodista possui uma organização dedicada ao assunto, a Pastoral do Combate ao Racismo. Presidente e vice-presidentes negros de denominações evangélicas são exceções, não regra. Isso não reflete a proporção de fiéis.

**Até o século 19, a Igreja Católica não aceitava negros, mestiços e índios como padres ou religiosos.** No século 20, os ataques continuaram até 1968, quando o Concílio Vaticano abriu uma fresta de tolerância para a religiosidade

negra. “A igreja cristã precisa fazer um mea-culpa, admitindo que contribuiu para a opressão dos escravos africanos. Podemos dizer que houve, no passado, uma espécie de racismo explícito contra a cultura e religião negras”, afirma Heimann.

**A perseguição aos cultos foi decisiva na dispersão dos negros**, mas havia ainda outro problema: o custo dos trabalhos. (MOTOMURA, 2004, p. 28-33) (grifo nosso)

Encontramos aí mais provas do racismo na Igreja Católica, o que certamente, alguns de seus adeptos negarão de “mãos postas”; mas, contrariar os fatos, só mesmo os fanáticos é que tentam fazê-lo. Talvez possamos aqui ver o motivo da perseguição aos espíritas, uma vez que, como confundem Espiritismo com os cultos afro, querem acabar, literalmente, com a nossa “raça”.

Assim, são também os dados a seguir, outras provas de que dispomos, para demonstrar o racismo dentro da Igreja:

Igreja no Brasil tem apenas 2,5% de bispos negros

**Dos 434 bispos no Brasil, 11 são afrodescendentes**, que representam apenas 2,5% do episcopado brasileiro, segundo dados da Pastoral Afro-brasileira da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Números compilados pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), órgão da CNBB, mostram que há mais estrangeiros do que

negros entre os bispos no País.

Os estrangeiros representam 21% do total de bispos, um percentual mais de oito vezes superior ao de negros. Enquanto os afrodescendentes são minoria em cargos importantes, a imigração germânica consolida-se como a maior produtora de religiosos para o alto escalão católico.

**Entre os oito cardeais brasileiros, quatro têm origem alemã e dois têm parentes italianos. Mas não há nenhum negro no grupo.** “É uma realidade problemática no perfil racial do nosso episcopado, cujo padrão étnico se choca com o da população brasileira”, disse à BBC Brasil o padre José Oscar Beozzo, coordenador do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular, especialista em história eclesiástica da América Latina.

Segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), 45% dos brasileiros são negros.

#### Discriminação

A face discriminatória do catolicismo com os negros no Brasil é antiga. A igreja, as confrarias e as ordens religiosas foram grandes proprietárias de escravos durante a colônia e o império.

Enquanto os abolicionistas lutaram pelo fim da escravidão desde a Independência do Brasil, em 1822, a Igreja Católica só divulgou a encíclica do papa Leão XIII condenando a escravidão em junho de 1888, um mês depois da Abolição.

Nas primeiras décadas do século passado, a discriminação permaneceu, com os seminários brasileiros vetando a entrada de noviços negros e mulatos.

Somente alguns anos depois da aprovação da Lei Afonso Arinos, em 1951, punindo todas as atitudes de discriminação racial, as congregações religiosas tiraram oficialmente de seus estatutos e normas internas a proibição de acesso para os negros.

“Houve uma época em que os negros tinham dificuldades em ingressar nas congregações religiosas”, lembra dom Gílio Felício, bispo responsável pela Pastoral Afro-brasileira da CNBB.”

“Depois que isto acabou, ficaram os condicionamentos. Hoje, o País conta com cerca de mil padres negros. O número diminuto deles acaba determinando esta pequena presença de afrodescendentes no episcopado”, acrescentou o bispo.

“Influência de candomblé”

Para Antônio Wagner da Silva, bispo de Guarapuava, no Paraná, o baixo percentual de negros na Igreja reflete um problema enfrentado por toda a sociedade.

“O número de afrodescendentes não é pequeno apenas no episcopado brasileiro. É assim nos altos escalões das Forças Armadas e também do governo”, diz dom Wagner. “As oportunidades restritas no acesso às escolas, às universidades e à formação de sacerdotes e religiosos pode ser uma das razões para este quadro discriminatório.”

Segundo o bispo, muitos na Igreja não assumem o fato de serem afrodescendentes por medo de preconceito. “Um italiano pode formar seu grupo de danças, por exemplo. Alemão pode, polonês pode, ucraniano pode, português pode,

todo mundo pode. Mas quando um grupo de negros se reúne e quer fazer suas danças, isso se torna um escândalo. Passa como atrevimento, como influência de candomblé”, disse o bispo à BBC Brasil.

Dom Zumbi

No pequeno grupo dos afrodescendentes, dom José Maria Pires, arcebispo emérito da Paraíba, de 88 anos, é uma referência. Por conta de sua atuação na luta contra o racismo, ele ficou conhecido como dom Zumbi.

“Somos muito gratos a ele”, disse dom Gilio Felício, primeiro e único bispo negro gaúcho. “Ele foi um dos pioneiros na organização do clero afro-brasileiro a denunciar a discriminação e a alertar os bispos sobre a necessidade de a Igreja dar mais atenção aos negros.”

Conforme números da CNBB, **o País conta hoje com 18.685 sacerdotes. Destes, 15.882 são brasileiros e 2.803 são estrangeiros. Os negros representam apenas 6,3% dos padres nascidos no Brasil.**

Apesar da presença dos afrodescendentes no clero brasileiro ainda ser insignificante, a situação está mudando. Pelo menos, é o que acredita dom João Alves dos Santos, nomeado bispo de Paranaguá pelo papa Bento XVI no final do ano passado.

“Pouco antes de ser informado da nomeação, um amigo teólogo me avisou que eu seria bispo e um dos motivos era por eu ser negro”, disse. “Acredito que a nomeação é um reconhecimento ao meu trabalho na formação dos seminários e nas missões populares. Mas, também, um

reconhecimento à igreja da base, aos povos nativos e afrodescendentes.”

Dom João está otimista. Ele acredita que a sua nomeação deva virar uma tendência. “A realidade do Brasil, do nosso povo, é de uma grande miscigenação”, disse. “O grupo de afrodescendentes no episcopado brasileiro só tende a aumentar.” (REY, V. Igreja no Brasil tem apenas 2,5% de bispos negros, <http://www.bbc.co.uk/portuguese/>) (grifo nosso)

Não há necessidade de comentários sobre essa reportagem de Valquíria Rey, enviada pela BBC Brasil, em Roma. Vamos a mais dados:

A representação de negros e pardos no clero católico brasileiro está muito aquém de sua presença na população brasileira. A informação foi obtida no Censo Anual da Igreja no Brasil, que foi concluído em janeiro e pela primeira vez perguntou a cor-raça de padres, diáconos, irmãos (religiosos não padres) e freiras.

**O censo, realizado pelo Ceris (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais), órgão da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), constatou que, entre os padres brasileiros, apenas 5,5% se declaram negros, e 14,14%, pardos, enquanto 78,9% são brancos.**

Na população brasileira, esses percentuais são de 5,9%, 41,4% e 52,1%, respectivamente.

Para determinar a cor dos religiosos, o levantamento da Igreja Católica usou o critério da autodeclaração, o mesmo que é utilizado pelo

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O censo não incluiu os bispos, por considerar o contingente irrelevante para o trabalho de pesquisa.

Do total de 17.985 padres seculares (ligados ao bispo diocesano) e religiosos (ligados às ordens e às congregações), 14.059 responderam à pergunta sobre cor e raça. Desses, 78,9% se declararam brancos, enquanto 0,7% se disseram indígenas, e 0,4%, amarelos. Essas últimas categorias são as únicas em que a presença no clero equivale à encontrada na população brasileira em geral.

Um dos representantes da Pastoral Afro na Baixada Fluminense, frei Athyton Jorge Monteiro, o Frei Tatá, disse que o religioso negro precisa de valorização da sua autoestima, devido a uma “forte ideologia do embranquecimento existente no Brasil”.

“É difícil para muitas pessoas admitirem sacerdotes negros. Um padre relatou, recentemente, que um fiel disse a terceiros na igreja que não o escolhia para celebrar o casamento para a foto não sair feia”, relatou.

Frei Tatá referia-se aos depoimentos dados pelos padres negros, durante o 4º Encontro das Entidades Negras Católicas, que no mês passado reuniu 450 lideranças leigas e religiosas em Porto Alegre (RS).

A perspectiva de que a distribuição do clero por cor mude a curto prazo é pequena, a julgar pela distribuição racial dos diáconos, religiosos no estágio anterior ao sacerdócio. Entre eles, a presença de brancos é ainda maior, 86,6%, em detrimento de negros (3,7%) e pardos (12,6%).



A situação não é diferente entre os irmãos, **religiosos não padres que vivem nos mosteiros e conventos. Desses, 76% são brancos, 6,4% são negros, 16,3%, pardos, enquanto amarelos são 0,4%, e indígenas, 0,9%. Entre as 31.861 freiras que responderam sobre cor e raça, 77,3% são brancas, 5,6% negras e 15% pardas.**

Preconceito vocacional

**“Isso tudo demonstra a dificuldade estrutural dos negros de estudarem e os preconceitos vocacionais que existem ainda hoje”, analisa o padre Jurandir Azevedo, que é o coordenador da Pastoral Afro da CNBB.**

A inclusão da pergunta sobre cor e raça no censo foi realizada a pedido da Pastoral Afro, que alegou precisar dos dados para realizar ações pastorais com a população negra. Segundo padre Jurandir, a pastoral pedirá à Ceris uma outra pesquisa, agora qualitativa.

A questão racial sempre foi motivo de certo mal-estar entre alguns integrantes da hierarquia religiosa no Brasil.

Em 1988, ano em que o Brasil comemorava o centenário da Abolição, a CNBB dedicou a Campanha da Fraternidade ao negro, com o lema “Ouvi o clamor deste povo”.

O tema proposto provocou controvérsia na época. Na Arquidiocese do Rio de Janeiro, por exemplo, o então cardeal-arcebispo, dom Eugenio Sales, proibiu o texto-base da CNBB e adotou um texto próprio com outro lema, “Defenda as Cores”.

Na época, o cardeal disse considerar o texto da CNBB fora de propósito, por supostamente

privilegiar ideologias em detrimento da mensagem cristã.

Para o bispo de Bagé (RS), dom Gílio Felício, as descobertas do censo são de grande relevância. “Várias questões serão revividas, mas a pesquisa apresentada é uma contribuição para que se reflita sobre a valorização e estima do negro”, afirmou.

Dom Gílio representa a Pastoral Afro no episcopado. A entidade recebeu no início deste ano carta do Vaticano, assinada pelo Prefeito da Congregação para os Bispos, cardeal Giovanni Battista Re, que incentivava o trabalho da pastoral brasileira, mas alertava para possíveis exageros.

Em resposta à carta, a Pastoral Afro disse que “no trabalho de inculturação vem tomando alguns cuidados para que em celebrações religiosas fique claro que o elemento afro presente é cultural e não cultural”.

Os dados do censo serão apresentados em abril, na Assembleia Geral da CNBB, em Itaici, no município de Indaiatuba (SP). (MAGALHÃES, F. *Negros são minoria na igreja, releva estudo*. <http://www1.folha.uol.com.br>) (grifo nosso).

Em abril de 2005, quando da eleição do novo papa, o jornalista Rodrigo Werneck, no artigo “Começa o conclave para a escolha do novo líder da Igreja Católica”, em colaboração para a Folha Online, em Roma, disse:

O cardeal nigeriano Francis Arinze, 72, amigo próximo de João Paulo 2º e influente na hierarquia da Igreja Católica, pode inclusive se tornar o

primeiro papa comprovadamente negro a chefiar a Santa Sé. A Igreja Católica não tem registros sobre a raça dos **mais de 200 papas** que já comandaram o Vaticano e **não se pode afirmar com segurança se houve papas negros – sabe-se que três deles, que ocuparam a chefia do papado** entre o século 2 e o século 5, tinham origem africana: Vitor 1º, Melquíades e Gelásio 1º. (WERNECK, R. *Começa o conclave para escolha do novo líder da Igreja Católica*, <http://www1.folha.uol.com.br>) grifo nosso).

Interessante isto que encontramos na Internet, no site do jurista e jornalista Joaquim Fonseca:

Racismo existe em toda parte, diz bispo negro brasileiro

Hoje, domingo, milhões de pretos, mulatos e pardos brasileiros constituirão talvez a maioria dos participantes nas missas celebradas nas muitas igrejas católicas do país. As mesmas serão, contudo, presididas por uma esmagadora maioria de padres brancos. Também no clero do maior país católico do mundo existe desproporção étnica.

Eis o que referiu, a este propósito, D. JOSÉ MARIA PIRES, Arcebispo emérito da Paraíba, o primeiro negro a exercer tais funções em terras de Vera Cruz:

Dom José Maria Pires

João Pessoa, 28 Jul (Rádio Vaticano) – **O racismo e a discriminação existem em toda parte: no governo, no corpo diplomático e na Igreja, onde sacerdotes e bispos negros são**

**uma minoria, afirmou um representante da Igreja Católica.**

**“É claro que existe um preconceito. Basta ver quantos somos” no número do clero brasileiro, disse o Arcebispo emérito da Paraíba, Dom José Maria Pires. “Nem os próprios embaixadores brasileiros na África são negros” acrescentou.**

Entretanto, disse Dom Pires numa entrevista exclusiva publicada segunda-feira no diário “Correio Brasiliense”, “as mudanças estão acontecendo”. Uma grande conquista dos negros (no Brasil) é a implantação das quotas nas universidades” ou um sistema de reserva de um número de vagas em centros educativos públicos para a população de cor, e também indígena, aprovado este ano.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 46% dos 178 milhões de habitantes do país são de ascendência africana. Apenas 2,9% dos graduados nas Universidades são negros.

**Na Igreja Católica no Brasil, dos mais de 460 bispos, apenas oito são negros. Além disso, apenas 650 sacerdotes, dos 17.600 existentes no país, são negros, dizem os dados do IBGE, difundidos pelo “Correio Brasiliense”.**

“Claro que fui vítima do preconceito. Entretanto não gosto de pensar muito nisso”, assegurou Dom José Maria Pires. “Desde a escola primária, quando fazia alguma coisa que pudesse merecer um castigo, sempre me

recordavam que eu era negro, como se existisse uma associação entre a cor e a coisa mal feita. E foi assim durante toda a minha vida. Inclusive depois que me tornei bispo.”

No início de agosto, representantes negros da Igreja debateram, em Goiânia, temas como a discriminação dentro e fora da Igreja, assim como formas de inserir a cultura afro na liturgia católica. (FONSECA, J. *Racismo existe em toda parte, diz bispo negro brasileiro*, <http://minorias.blogspot.com>) (grifo nosso)

Se o preconceito existe em toda parte, por que então só condenam o Codificador do Espiritismo? Pura incoerência; não é mesmo?! E esperamos que nesse “em toda parte” esteja também incluída a Igreja Católica da qual os críticos do site Montfort fazem parte.

Recentemente, há pouco mais de seis anos, o Papa João Paulo II (1920-2005), veio a público e reconheceu erros da Igreja:

24/10/2001 - 17h35

Papa pede cem vezes perdão pelos “erros históricos” da Igreja

da France Presse, no Vaticano

O papa João Paulo 2 pediu cem vezes perdão pelos erros “históricos” cometidos pela Igreja Católica no passado. O papa considerava que o ano 2000, ano do Jubileu, era o melhor momento para pedir perdão, mas acabou adiando o gesto simbólico.

João Paulo 2 pronunciou suas solenes "mea culpa" pelas cruzadas, as ditaduras, as mulheres, os judeus, pelo processo a Galileu, pelas guerras, pelas guerras de religião, pela excomunhão de Lutero, Calvino, Hus e Zwingli, **pelo tratamento aos negros e as violências cometidas contra os índios da América.**

**Igualmente pediu perdão** pelas injustiças, a Inquisição, o integralismo, o Islã, **o racismo**, os crimes em Ruanda, o cisma do Oriente, a história do pontificado e inclusive pelas responsabilidades dos católicos dentro das máfias e pelos erros cometidos contra a China. (PRESSE, F. *Papa pede cem vezes perdão pelos "erros históricos" da Igreja*, <http://www1.folha.uol.com.br>) (grifo nosso).

Essa é uma prova incontestável do racismo praticado pela Igreja Católica. Aos que a seguem e acusam a Kardec ou a nós, os espíritas, diremos: "Hipócritas, tira primeiro a trave do vosso próprio olho, e então vereis bem para tirar o cisco do olho do seu irmão" (Mateus 7,5).

Muitas vezes somente por usar a palavra raça, já querem taxar as pessoas de racista; então, com todo o direito, poderemos fazer o mesmo. Leiamos um trecho do Encarte CNBB - nº 782, 14/07/2005, sobre a 11ª Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, assinado por Dom Nikola Eterovic (1951- ), Arcebispo tit. de Sisak:

As reações chegaram à Secretaria Geral: em forma de “respostas”, as dos organismos acima referidos com notável dimensão colegial; em forma de “observações”, as dos que espontaneamente quiseram contribuir para o processo sinodal. Os resultados foram recolhidos no presente *Instrumentum laboris*, que é uma síntese fiel dos contributos recebidos. Refletindo sobre o teor das respostas, não se quis, com o documento, apresentar mais uma síntese teológica sistemática e completa do sacramento da Eucaristia, aliás já existente na Igreja, mas tão só recordar algumas verdades doutrinárias de grande repercussão na celebração desse mistério sublime da nossa fé, realçando a sua grande riqueza pastoral. Daí que o documento se tenha concentrado sobretudo nos aspectos positivos da celebração eucarística, que congrega os fiéis e faz deles comunidade, **não obstante as diferenças de raça**, língua, nação e cultura. No documento, passa-se a mencionar também algumas omissões ou negligências na celebração da Eucaristia, felizmente bastante marginais, mas que servem para tomar uma maior consciência do respeito e piedade com que os membros do clero e todos os fiéis deveriam abeirar-se da Eucaristia para celebrar o seu sagrado mistério. O documento contém, por fim, uma série de propostas, sugeridas pelas numerosas respostas, e que são fruto de aprofundadas reflexões pastorais das Igrejas particulares e de outros organismos consultados. (ETEROVIC, N. *Encarte CNBB – nº 782 – 14/07/2005*, <http://www.cnbb.org.br>) (grifo nosso)

Temos esperança que, por lógica, nos darão

também os mesmos direitos, dos quais usam, para acusar a CNBB de racista. E por falar em CNBB, há um organismo dela intitulado Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais – CERIS, que mantinha na Internet, dados relativos ao censo anual da Igreja Católica do Brasil; entre eles alguns estavam baseados em raça: Contingente de Religiosas no Brasil – distribuição percentual por raça<sup>4</sup>; Contingente Presbiterial da Igreja no Brasil – Clero Religioso – distribuição percentual por raça<sup>5</sup> e Contingente Presbiterial da Igreja no Brasil – Clero Secular – distribuição percentual por raça<sup>6</sup>. Abaixo, apresentamos um deles como prova do que estamos dizendo, embora, numa reportagem anteriormente citada, um jornalista mostre estes dados:

---

<sup>4</sup> [http://www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/br\\_racareligiosas.asp](http://www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/br_racareligiosas.asp)

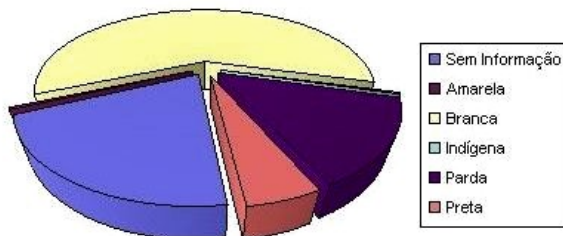
<sup>5</sup> [http://www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/br\\_racaclerorelig.asp](http://www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/br_racaclerorelig.asp)

<sup>6</sup> [http://www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/br\\_racaclerosec.asp](http://www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/br_racaclerosec.asp)



## Censo Anual da Igreja Católica do Brasil - CAICBr

### Contingente Presbiteral da Igreja no Brasil CLERO SECULAR Distribuição percentual por raça



FORNE: CERIS, Departamento de Estatística,  
Censo Anual da Igreja Católica do Brasil 2005

Fonte: [www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/gr\\_racaclerosec.asp](http://www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/gr_racaclerosec.asp)

Quando alguns católicos resolvem defender a Igreja de tal pecha, usam, em seus argumentos, a posição particular de um ou outro padre, como se ele, com sua opinião pessoal, falasse pela Instituição. Só que este fato não livra a Igreja dessa acusação, já que ela mesma não tinha essa proposta condenando tais coisas, pode-se, quem sabe, encontrar alguma coisa no papel; mas, e a prática, não vale nada?!

Em nossas pesquisas deparamos com um artigo de Eva Paulino Bueno sobre o Pe. Antônio Vieira (1608-2697), expoente católico no Brasil, que, segundo a autora, “É considerado um dos homens mais extraordinários do século XVII, por sua atuação política e religiosa no Brasil e

em Portugal, e por sua influência na vida cultural e literária em outros países”. Vejamos alguns trechos desse artigo, o suficiente para termos uma noção de sua posição e da Igreja:

[...] Vieira veio ao Brasil aos sete anos de idade, e em 1623 entrou para a **Companhia de Jesus**. Depois de ordenado, trabalhou em vários lugares no Brasil, mas **sua atuação mais conhecida desta época se deve a seu trabalho com os escravos e índios do Amazonas, os quais ele defendeu contra os colonizadores portugueses**. [...].

O Sermão que mais nos interessa neste estudo é o “Sermão Décimo Quarto”, pregado na Bahia, à Irmandade dos pretos de um engenho no dia de São João Evangelista, no ano de 1633. Antes, porém, de entrarmos na discussão do Sermão, é conveniente rever alguns fatos da história da escravidão negra no Brasil, porque esta revisão, ainda que breve, tornará possível uma compreensão da posição de Vieira frente à situação não só religiosa, mas também ideológica, dos negros no corpo político do Brasil. **Interessa indagar como a escravidão negra durou tanto tempo, e qual a relação da igreja cristã – talvez melhor dizermos a Católica – com o tráfico e com a manutenção de escravos no Brasil**. Esta é, naturalmente, uma indagação importante para outras figuras religiosas da época, [...].

A perda dos escravos fazia com que o tráfico negreiro, além de ser o “negócio mais lucrativo debaixo do sol” (Conrad, 1984,1), era também o combustível que empurrava as fazendas, as

usinas, as casas particulares do Brasil. Naturalmente, estas condições não diferiam em muito das condições dos outros escravos em outros países. [7] **A posição da igreja foi, durante todo o período da escravidão, na melhor das hipóteses, contraditória, e, na pior, interessada na sua continuação, já que ela beneficiava a classe social da qual o clero se originava, a classe social que fazia doações à igreja, e, de quebra, a escravidão garantia o fluxo contínuo de “almas a serem salvas”. Isso não significa que não houve casos isolados de padres que falaram contra a escravidão e denunciaram a crueldade dos donos.** Uma prova da existência desses religiosos dissidentes da ideologia escravagista da igreja vem de uma carta escrita pelo governador da Bahia ao secretário português para assuntos de além-mar. Nessa carta, escrita em 1794, o autor relata as atitudes de um monge italiano que viveu no Brasil 14 anos, e que depois de algum tempo tornou pública sua opinião contra todos os tipos de escravidão, **sem levar em conta que a igreja acreditava que há “escravidão justa”**. Neste relato, o governador conta que tal monge foi deportado, por ordem do arcebispo, e que o capitão do navio tinha ordens de não deixá-lo desembarcar sem permissão do governador. [8]

[...] Como já dissemos, **seria difícil para os religiosos denunciarem os donos de escravos, já que eles – padres e donos de escravos – vinham da mesma classe social**, compartilhavam os mesmos interesses pecuniários, e a mesma moralidade. **Além do mais, há que se salientar que as próprias ordens religiosas no Brasil não só exploravam o trabalho escravo dentro dos conventos, seminários e igrejas, mas também**

**os vendiam e leiloavam como se fossem objetos ou animais. [9]**

[...] Embora os devidos reparos devam ser feitos quanto a intenção de cada um, esta ênfase na quantidade de negros disponíveis pode ser colocada paralelamente aquela feita por outro **escritor cristão no princípio do século XIX, o qual afirmava que Deus evidentemente tinha “criado do lado oposto do Brasil, no interior da África homens deliberadamente feitos para servir neste” (citado em Conrad, 1984, 1).** Como seres construídos para servir, para serem escravos, estes filhos do Calvário, filhos das dores da cruz, não deveriam então alegrar-se com seu sofrimento?

[...].

Obviamente, como este é um sermão de Vieira, ele não deixaria tal sugestão flutuar no ar, sem fundamentá-la. E a fundamentação vem, detalhada e cuidadosamente elaborada. Usando o recurso de fazer perguntas à (suposta) audiência, e respondendo-as ele mesmo com citações doutas em latim, **Vieira avança outro ponto importantíssimo para a compreensão do continuado apoio da Igreja Católica ao tráfico de escravos da África.** O texto diz que os negros “... como todos os christãos, posto que fossem gentios, e sejam escravos, pela fé e pelo batismo estão incorporados em Christo, e são membros de Christo” (300). Aqui se explicam tanto o projeto colonizador das Américas como a retirada de africanos de suas terras para uma vida de escravidão no outro continente: estes filhos de Deus, mesmos os “alienígenas” e os escravos, tinham o direito de serem cristãos. Como fazê-los

cristãos sem trazê-los para o consórcio com os brancos cristãos? Naturalmente, dentro de tal lógica, os negros e os gentios não passavam de seres sem cultura, sem religião, que deviam ser submetidos a fim de que pudessem nascer – ou renascer – como cristãos. Outro caveat: só pode subir ao céu quem desceu do céu. Em outras palavras, só pode ser salvo quem já estava salvo desde o princípio. Isto é: somente Jesus, que desceu do céu e era o filho de Deus desde o princípio, poderia subir ao céu. Desta forma, a única maneira para qualquer pessoa subir ao céu seria se a pessoa se perdesse em Jesus Cristo. Fora disso, nenhuma salvação é possível. E, finalmente, a terceira condição para a salvação diz que para que as duas primeiras se fizessem possíveis para os homens, Jesus Cristo teria que morrer na cruz, “Oportet exaltari Filium hominis.”

[...].

Mas, como Vieira rapidamente esclarece, ser cristão exige certos sacrifícios. Já que, como ele havia explicado, **o terem sido trazidos da África não foi sacrifício, mas uma grande honra**, os negros não devem usar seus trabalhos como desculpa para não seguirem suas obrigações de cristãos e de devotos de Nossa Senhora. É interessante, neste momento, como Vieira mostra estar consciente do dia a dia dos escravos, porque ele descreve detalhadamente seus trabalhos nas caldeiras do engenho e nos cômodos das casas. Embora o fim último seja para descartar o trabalho como insuficiente razão para não rezar o rosário várias vezes por dia, Vieira usa a oportunidade para dizer aos donos que eles também eram responsáveis pela devoção de seus escravos. ○

que não deixa de soar incrível, para um leitor de nosso tempo, é que Vieira presenciou, em pessoa, o trabalho dos escravos. Ele viu e testemunhou seu sofrimento em primeira mão. Mas tudo isso ainda não lhe pareceu suficiente sequer para explicar ou justificar ou perdoar a um escravo que não cumprisse suas obrigações “de cristão” como se ele tivesse tempo e lazer para fazer suas orações várias vezes ao dia. Isso se confirma no mesmo parágrafo onde, talvez pra evitar que os donos dos escravos pensassem que ele os estava censurando, Vieira volta às citações bíblicas para esclarecer que os negros eram, “filiis Coré” - filhos do Calvário. Esta parte da gênese dos negros, que já havia sido explicada no início do sermão, agora vai ser expandida dessa maneira: “id est, imitatoribus in loco Calvariae crucifixi” (309). Vieira expande: “Não há trabalho, nem genero de vida no mundo mais parecido á Cruz e Paixão de Christo, que o vosso em um d’estes engenhos” (309). E, se por acaso alguém pensar em usar esta situação como alavanca para conseguir um melhor tratamento, **Vieira arremata: “Bem-aventurados vós se soubereis conhecer a fortuna do vosso estado, e com a conformidade e imitação de tão alta e divina similhaça aproveitar e santificar o trabalho!”** (309).

Parece-me óbvio que a intenção de Vieira, com esta última parte do parágrafo, torna-se não só clara mas documentada. Como imitadores do crucificado no Calvário, aos negros só lhes resta o papel de crucificados, torturados, vítimas inocentes, e silenciosas. Aliás, seguindo o fio do pensamento de Vieira, o papel de crucificados não lhes deveria ser pesado,

nem difícil, nem doloroso, mas deveriam ser felizes e agradecidos aos donos que lhes propiciavam tal ventura e possibilidade de alcançar a vida eterna. [14]

Que influência o conhecimento da existência dos quilombos que estavam começando a se formar na zona açucareira teria nos escravos deste engenho onde o sermão foi primeiramente proferido? Vieira, como homem branco, e especialmente como homem branco da mesma classe social de onde vinham os senhores de engenho, certamente sabia da existência dos fugitivos e quilombolas. Ele, como pregador, sabia muito bem do poder da palavra, e não podia arriscar que os escravos fossem “seduzidos” pela promessa de liberdade, ou de uma vida melhor nos quilombos, se acaso notícia da sua existência chegasse até os engenhos. **Seu sermão dizia aos negros que eles só tinham uma opção de felicidade e de vida eterna, e esta era de cumprir seu papel de filhos de Coré – filhos do Calvário, imitadores de Cristo na hora da sua tortura e da sua morte.** A doçura, o enobrecimento da realização deste papel e desta profecia devia subjugar qualquer outro prazer, qualquer outra alegria porque, se o Cristo “se gozava muito que o crucificassem” (313), como poderiam os negros rejeitar tão alto chamado? Para eles, a paciência no sofrimento, a aceitação na tortura, e o agradecimento na morte estavam escritos muito antes deles terem vindo ao mundo, e portanto, não haveria nenhuma outra maneira de salvação. **Vieira chega a tal ponto na sua exaltação da sorte e felicidade dos negros escravos que, depois de uma descrição realista dos trabalhos e horrores das caldeiras de um**

engenho, insinua que ele os inveja: “n’essa triste servidão de miserável escravo tereis o que eu desejava sendo rei” (318), e arremata que “mais inveja devem ter vossos senhores às vossas penas, do que vós aos seus gostos, a que servis com tanto trabalho” (320).

[...].

A igreja católica, como muitos já disseram, se encontrou na ponta de lança dessa ideologia. Não é de se admirar, por exemplo, que somente no dia 5 de maio de 1888 – oito dias antes da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel – o Papa Leo III tornou pública uma carta dando apoio à causa da libertação dos escravos do Brasil. Sobre este ponto, o abolicionista Joaquim Nabuco escreveu que a deserção do clero brasileiro de seu papel de defensor dos oprimidos tinha sido uma vergonha. Nabuco continua que o clero jamais tomou o lado dos escravos, e jamais usou a força da religião para aliviar o sofrimento dos negros (citado em Conrad, 1984, 153).

[...].

Levando-se em consideração um tempo e uma sociedade em que o escravo negro era visto como, e chamado de, “peça,” a argumentação de Vieira obviamente pode ser considerada arrojada, audaciosa, porque ele sustentou a igualdade dos negros como filhos de Deus. **O que Vieira não fez, e poderia ter feito, neste sermão – e isto o teria transformado não só em visionário, mas em santo – foi argumentar pela liberdade dos negros.** Aqui, ele jamais coloca em discussão a moralidade da retirada dos negros de suas terras; ele não levanta dúvidas quanto ao batismo em



massa de pessoas que não sabiam o que isso significava. **O que o sermão de Vieira busca, como última instância, é convencer os escravos de que seu papel está determinado – já havia sido determinado antes deles nascerem – e que, em se tornando obedientes e trabalhadores, agradecidos e religiosos, eles estavam preenchendo um papel maior que eles, e se estavam projetando num tempo além do seu, um tempo bíblico.** Qual maior arma do que essa? Com a transformação dos negros em pessoas que acreditavam que o seu maior triunfo residia em vencer o seu desejo de fugir dos brancos que os usavam como bestas de carga, a força bruta se fazia desnecessária. [15]

[...].

Mas resta fazer uma outra pergunta, esta dirigida aos brasileiros do século XXI, quando a maioria já descartou a crença surda e cega nas “verdades” supostamente ditadas através de um livro – a Bíblia – que nós não escrevemos, é como ainda admitimos que os negros brasileiros continuem ocupando os lugares mais baixos na escala social. Como é que podemos aceitar que os negros brasileiros ainda têm que sofrer humilhações e discriminações diárias por serem negros? Como é que, num país de maioria negra e mulata, os ideais de beleza continuam sendo louros, a maioria dos políticos são brancos, as melhores posições dentro das empresas são sempre ocupadas por brancos, e a mortalidade infantil entre a população negra é mais alta? Sim, é fácil julgar a Vieira e condená-lo por este sermão e por sua posição dentro de uma instituição que vendeu indulgências e escravos, protegeu os ricos

e açoitou os pobres. Agora, o que não é tão fácil é admitirmos que nós brasileiros do século XXI, por atos e omissões, ainda professamos a crença de que os negros são filhos do Calvário, e que seu lote em vida é sofrer em silêncio.

Notas:

[7] Apesar da insistência de sociólogos brasileiros – sendo Gilberto Freire o mais conhecido internacionalmente – de que a escravidão brasileira foi mais “amena” que em outros países, documentos da época mostram que, na realidade, o tratamento do escravo brasileiro não foi melhor que em qualquer outro país. Ver a discussão de John V. Lombardi e a de Jacob Gorender, que comparam os sistemas de escravidão em vários países.

[8] O texto desta carta se encontra no Archivo Público do Estado da Bahia, publicado como “Opinião de um Frade Capuxinho sobre a escravidão do Brasil em 1794,” na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 60, (1897), 155-7. Ver em Conrad, 1984, 180-183, o texto completo da carta em inglês.

[9] Joseph Conrad (1984) traz uma seleção de documentos sobre o comércio de escravos pelas ordens religiosas do Brasil. Ver especialmente páginas 182-185. Nas páginas 185-86, Conrad publica um resumo de um livro escrito por Henry Koster em 1817, no qual este inglês residente em Pernambuco documenta não só as atividades comerciais dos monges beneditinos e suas vendas de escravos, mas também suas atividades sexuais com as mulheres negras propriedades dos conventos. Essas uniões adicionavam “a lighter

racial element to the creole work forces on St. Benedict's Brazilian estates" (Conrad, 1984, 186). Ver também, nas páginas subsequentes, documentos sobre revoltas de escravos em estabelecimentos religiosos em vários pontos do país. O que estas revoltas revelam é que, para os escravos, a vida sob o mando dos padres e freiras não era melhor nem mais fácil que a vida debaixo do chicote leigo.

[14] Me parece que a crença na bondade dos donos de escravos do Brasil se baseou inicialmente na ideia, propagada pela igreja, de que os donos faziam parte do plano divino de salvar estes infelizes africanos. Naturalmente, estas crenças se expandiram e se modificaram, e influenciaram o historiador João Ribeiro, o qual sugere, em livro escrito em 1900, que a escravidão no Brasil significava reabilitação, paz, liberdade, e uma nova pátria, longe do barbarismo da África (História do Brasil). Agora incorporados numa nova pátria, não só como indivíduos, mas como indivíduos privilegiados por Deus, citados na Bíblia como escolhidos, os negros deveriam aceitar seu trabalho não só com alegria, mas com agradecimento. É também possível concluir que o mito do tratamento humano do escravo brasileiro se originou nesta mesma época, afinal, se o dono estava propiciando ao escravo a maior das recompensas – a vida eterna no céu – tudo o que fizesse com o escravo teria que, necessariamente, ser bom.

[15] A suposta docilidade do escravo negro brasileiro é um assunto que ainda tem que ser devidamente estudado e documentado. O que se sabe com certeza é que o assunto é extremamente

complexo. O que os estudiosos em geral argumentam, é que a existência de mulatos, e o reconhecimento de alguns deles como filhos dos donos, lhes davam algumas regalias, e faziam com que a ideia de uma solidariedade baseada numa origem africana comum se tornasse mais difícil. A literatura brasileira está repleta de exemplos, tanto de trabalhos de ficção – A escrava Isaura, O mulato, A tenda dos milagres, por exemplo – como de artistas (Machado de Assis e Cruz e Souza, entre outros) nos quais estas questões de origem racial são problematizadas. (BUENO, 2004, site: <http://www.espacoacademico.com.br>) (grifo nosso)

Fica evidente que a Igreja não tinha mesmo outro interesse senão o de manter os negros na escravidão. E já que tocamos no nome do Pe. Vieira, temos um outro autor, José Murilo de Carvalho, doutor em Ciência Política pela Universidade de Stanford/EUA e professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que o cita, como também a outros religiosos; vejamos:

Para manter o paralelo com o início do abolicionismo *quaker*, começemos no século XVII. Os principais textos nele produzidos foram ou de religiosos ou de padres seculares. A marca registrada desses pensadores era a ambiguidade com que se colocavam frente à percepção de que haveria incompatibilidade entre cristianismo e escravidão, de um lado, e frente as necessidades da sociedade colonial e do Estado português de que dependiam, de outro. A dependência era direta no caso dos padres seculares e indireta no caso

dos regulares. O jogo da ambiguidade foi inaugurado pelo **jesuíta Vieira**. Colocava-se ele contrário à escravização dos índios, defendendo a política reducionista desenvolvida no Maranhão pela Companhia de Jesus. Mas, no caso da escravidão africana, seu pensamento dava grande guinada. Em um dos sermões pregados na década de 1680, **ele discute com clareza o problema e usa a velha tese da relação entre escravidão e pecado para aconselhar aos escravos a obediência.**(7).

[...].

A mesma ambiguidade de condenar e justificar a escravidão está presente no texto de **Jorge Benci**, intitulado *A Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, escrito em 1705. Benci **era um jesuíta** de origem italiana que vivera 17 anos na Bahia, onde pudera observar de perto a prática da escravidão. O padre Benci também **via a escravidão na perspectiva tradicional de conseqüência do pecado original**. A rebelião contra Deus que caracterizara esse pecado levava também à rebelião, dentro do homem e contra ele, de seus apetites. Daí os conflitos e guerras que produziam o cativo, pois o escravo era o prisioneiro a quem se poupava da morte, era o *servatus* (preservado, daí servo) da morte. Diante dessa realidade, restava apenas apelar aos senhores no sentido de tratarem os escravos dentro do que ele chamava de economia cristã.

[...].

**Vai ainda mais longe para justificar a escravidão dos negros.** Supostamente, os negros (etíopes) seriam descendentes de Cam, o filho de

Noé que fora amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua nudez. Tal vinculação já fora feita por Santo Agostinho e São Jerônimo. Para este último, os etíopes (negros) se caracterizariam por estarem profundamente mergulhados em vícios (*penitus in vitio demersi sunt*). (Benci, p. 179). **A Bíblia fornecia, assim, um argumento racista em favor da escravidão que viria a calhar quando esta, nos tempos modernos, se concentrou em vítimas negras.** A imoralidade atribuída por quase todos os comentaristas aos escravos negros encontrava também aí fácil sustentação.

[...].

A ambiguidade é ainda mais gritante no livro do **Pe. Manuel Ribeiro da Rocha, *O Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado***, publicado em 1758. (9) Ribeiro da Rocha, português de nascimento, também vivera na Bahia como padre secular e advogado. O *Etíope* é um prodígio de contorcionismo: parte da condenação explícita da escravidão perante a lei divina e termina justificando a sua existência perante as leis tanto humana como divina. **A escravidão é condenada, de início**, como a maior infelicidade que pode acontecer a uma criatura racional, pois repugna à própria natureza humana. A compra e venda de escravos por cristãos pode levar à condenação eterna, embora entre gentios possa ser feita sob a sanção do direito das gentes e pelo direito natural. A rigor, a compra seria legítima se o seu objeto fosse alguém legalmente escravizado, isto é, por guerra justa. Mas como é difícil averiguar tal legalidade e como, em geral, entre os gentios, a

escavidão é fruto de pirataria, a compra é quase sempre ilegítima. O pecado, como se vê, estaria em comprar coisa que sabemos ser alheia.

A consequência lógica do argumento seria condenar o comércio escravo e, portanto, a escavidão sem mais nem menos. Mas, como Benci, Ribeiro da Rocha não tem condições de propor solução radical. **Sendo português e padre secular, os interesses do Reino e da Igreja oficial pesam sobremaneira em seu pensamento. O tráfico não pode terminar**, pois isto “prejudica o Reino e conquistas no temporal; e no espiritual prejudica o serviço de Deus e o bem das almas que resulta do dito comércio e transporte destes gentios e sua conversão”. (Rocha, p. 99-100). **Propõe então um arranjo**, uma “via média” que concilie a moral cristã e os interesses do Estado colonial. Esta via é um primor de sofística. A compra pura e simples de escravos, *jure emptio*, é proibida. Mas **pode-se resgatar o escravo, pode-se comprá-lo jure pignoris, como penhor**. Neste caso, não se compra a propriedade sobre o escravo, compra-se o direito de penhor e retenção, isto é, o direito de manter o escravo até que ele reponha o custo de seu resgate. Tal solução é legítima perante os foros interno e externo. Para justificar esta afirmação, Ribeiro da Rocha socorre-se abundantemente de citações de juristas espanhóis como Molina, Arouca e outros. A solução é perfeita, segundo ele: **resolve o problema de consciência, evita a indenização do escravo porventura comprado indevidamente e mantém o senhor na posse do escravo!** (Rocha, p. 88).

[...].

Por fim, o etíope resgatado, penhorado, sustentado, corrigido e instruído, se sobreviver, será libertado, dando-se-lhe pequena quantia de dinheiro como afago pelos anos de serviço e pelo lucro que proporcionou. A possibilidade de libertação, embora remota, tendo em vista a crueldade com que são tratados os escravos, resgata o senhor do crime de escravização sem o privar do serviço do escravo. São atendidas as leis divinas e humanas. Tudo muda e nada muda.

**Compatibiliza-se o cristianismo com a escravidão e com os interesses da metrópole portuguesa**, tudo combinado com uma defesa calorosa da “natural liberdade” dos etíopes escravizados. As preocupações da consciência cristã de Benci e de Ribeiro da Rocha acabam por se reduzir, na prática, ao frio realismo de outro **jesuíta, João Antônio Andreoni (Antonil)**, que em *Cultura e Opulência do Brasil*, publicado em 1711, apenas constata o papel fundamental do escravo, “mãos e pés do senhor de engenho”, **sem manifestar maiores preocupações com a legitimidade ou legalidade de sua situação.** (Andreoni, p. 47-50).

Em um dos autores do período colonial não está presente a ambiguidade de Vieira, Benci e Ribeiro da Rocha. Trata-se do único brasileiro do grupo, **José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho**. Azeredo Coutinho fora senhor de engenho em Campos, na então capitania do Rio de Janeiro, **tornara-se padre, fora nomeado sucessivamente bispo de Pernambuco**, onde criou o Seminário de Olinda, bispo de Elvas e, finalmente, Inquisidor-Mor do Santo Ofício. Entre vários textos sobre a economia colonial, D. José produziu, em 1798, com segunda edição em 1808,



uma “Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate dos Escravos da Costa da África”. (10) Tinha sobre seus predecessores a vantagem de conhecer boa parte da literatura abolicionista, sobretudo a que se baseava na versão iluminista da ideia de direito natural. Sabia também dos resultados da política francesa de libertação na ilha de São Domingos. Mesmo assim, ou por isso mesmo, D. José não teve qualquer das dúvidas dos que o precederam. Nele, a razão colonial reina soberana sobre a razão cristã.

Como se tratava, aliás, de debater com os filósofos da *Enciclopédia*, que ele chamava ironicamente de novos filósofos, não lhe adiantavam argumentos bíblicos ou eclesiásticos. **D. José estava plenamente convencido de que tais argumentos eram favoráveis à escravidão.** (11). Mas queria combater no campo do adversário, no campo da filosofia. E assim o fez. O alvo central de seu ataque é a ideia da existência de um pacto social garantidor de direitos naturais considerados preexistentes à sociedade. Tal pacto, segundo D. José, não existe: tais direitos são fantasia. O homem nasce em sociedade e dela deriva seus direitos. Em suas palavras: “O homem é uma parte integrante do corpo da sociedade: é um membro que, separado do seu corpo, ou morre ou fica sem ação.” E conclui: “Eis aqui descoberto o grande princípio de onde devem partir todos os nossos discursos.” (Coutinho, p. 244-245).

Se a natureza criou o homem para a sociedade, a sociedade é obra da natureza. Daí, também, que todos os meios necessários à preservação da sociedade são concedidos pela natureza. Os direitos naturais, tanto da sociedade como do

homem, são deduzidos da necessidade da existência. A natureza prescreve ao homem e à sociedade que defendam sua existência com todas as armas e meios disponíveis. A salvação da República é a lei suprema, como diziam os romanos. A justiça da lei de qualquer sociedade consiste no maior bem ou no menor mal dela decorrente em determinadas circunstâncias. Esta justiça não é absoluta mas relativa às circunstâncias, assim como a liberdade do homem não é direito natural absoluto, como querem os novos filósofos, mas relativo às necessidades sociais. A conclusão de tudo isso é límpida e direta:

A necessidade da existência do homem que no estado da sociedade estabeleceu a justiça do direito da propriedade, foi também a mesma que **no estado da sociedade estabeleceu a justiça do direito da escravidão**. [...] O comércio da venda dos escravos é uma lei ditada pelas circunstâncias às nações bárbaras para o seu maior bem, ou para o seu menor mal. (Coutinho, p. 239).

---

(7) Para a exposição das posições de Vieira, utilizei o trabalho de VAINFAS. Ideologia e escravidão, p. 125-129.

(9) Note-se o uso da palavra resgatado. Na época, a palavra resgate adquirira duplo sentido: podia indicar a compra e libertação de prisioneiros ou simplesmente comércio. Um pouco mais tarde, como veremos, um defensor do tráfico, Azeredo Coutinho, falaria em comércio do resgate dos escravos e não simplesmente resgate, para deixar claro o sentido econômico e não-filantrópico da

operação.

(10) O opúsculo está incluído em *Obras econômicas de J.J. de Azeredo Coutinho*, 1794-1804, p. 231-307. Este texto baseia-se na segunda edição feita em Portugal em 1808. A primeira edição apareceu em Londres e era redigida em francês.

(11) A defesa da escravidão com citação de leis civis e canônicas foi feita por D. José em outro livro, publicado também em 1808.

(CARVALHO, 1998, p. 35-64 – passim) (grifo nosso)

Isso é bom de se ver porque vem reforçar a questão da posição de alguns padres da Igreja, porquanto seus seguidores sempre apresentam os defensores isolados da escravidão, sem tocar nos nomes daqueles que eram a favor dela, como é o caso desses que acabamos de citar.

Carvalho ainda nos traz algumas outras opiniões tão interessantes, que não podemos deixar de citar:

Se a razão nacional predominava nas preocupações de **José Bonifácio**, a razão cristã e a razão filosófica eram evocadas como reforço do argumento. Fala novamente em favor do autor da “Representação” o fato de ter ele visto na escravidão uma instituição incompatível tanto com o cristianismo como com o direito natural e com a sociedade de mercado. José Bonifácio reúne as três principais vertentes dos argumentos

antiescravistas, um reflexo, talvez, de sua extensa experiência internacional. No que se refere ao cristianismo, afirma redondamente que a escravidão é pecado, na melhor linha quaker. Ignora as citações bíblicas e da patrística interpretáveis como favoráveis à escravidão. Baseia-se mais no espírito humanitário do Novo Testamento e na ideia da igualdade básica dos seres humanos. Aproveita para acusar com violência, a corrupção do clero nacional:

**A nossa religião** é pela mor parte um sistema de superstições e de abusos antissociais; o nosso clero [...] é o primeiro que **se serve de escravos e os acumula para enriquecer pelo comércio e pela agricultura**, e para formar muitas vezes das desgraçadas escravas um harém turco. (Andrada e Silva, p. 13).

(CARVALHO, 1998, p. 48-49) (grifo nosso).

Como José Bonifácio, **Nabuco** reconhece que, no Brasil, o abolicionismo nada deve à religião, em contraste com o que se deu na Europa e nos Estados Unidos. É implacável com o clero católico:

A deserção, pelo nosso clero, do posto que o Evangelho lhe marcou, foi a mais vergonhosa possível: ninguém o viu tomar a parte dos escravos [...] **A Igreja católica**, apesar de seu imenso poderio, em um país em grande parte fanatizado por ela, **nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação**. (Nabuco, p. 66-67).

(CARVALHO, 1998, p. 57) (grifo nosso)

No que se refere à influência da religião, as diferenças foram também marcantes. O catolicismo brasileiro foi mais tolerante com as religiões africanas e permitiu maior sobrevivência da cultura negra. Os proprietários de escravos brasileiros também não tinham o mesmo fervor religioso dos norte-americanos e estavam menos interessados em impor sua religião. Mais do que o lado espiritual, interessava-lhes na religião o aspecto político de redutor do espírito de rebelião. O catolicismo brasileiro permitiu também a formação das irmandades negras, inclusive de escravos. Não deixa de impressionar quem visita as cidades coloniais de Minas a visão das igrejas construídas pelas irmandades de negros e de pardos. Mas a Igreja Católica era oficial, ligada ao Estado, profundamente burocratizada e centralizada. As irmandades cultivavam o espírito de assistência mútua mas nunca foram focos de reivindicação de direitos ou de formação de lideranças políticas. A própria Igreja, nas pessoas de seus representantes, bispos, padres e religiosos, praticava a escravidão. **Padres seculares eram proprietários de escravos, alguns tinham filhos de suas escravas. Ordens religiosas eram também grandes proprietárias de escravos. Algumas chegaram mesmo, segundo certos depoimentos, a se dedicar à reprodução de escravos.** Enfim, a participação na Igreja não era fator de libertação. Não retirava o escravo ou o liberto do mundo da escravidão ou da ausência de cidadania. A Igreja estava dentro, não fora do sistema escravista. O católico, como o cidadão, no Brasil, não possuía a consciência dos valores da liberdade individual. (CARVALHO, 1998, p. 77) (grifo nosso).

Fica aí, mais uma vez, registrada a posição da Igreja e de alguns de seus membros.

Apenas para confirmar as informações de Carvalho, a respeito de José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821), transcrevemos o que diz Jaime Rodrigues em *O tráfico de escravos para o Brasil*:

No século XIX, quando o tráfico passou a ser questionado pelo direito natural – que defende que todos os homens nascem livres – ainda havia quem defendesse a escravidão como salvadora de almas. **Bom exemplo disso é o bispo Azeredo Coutinho, para quem o comércio de escravos retirava os africanos do estado de barbárie em que viviam e os trazia para a civilização.** (RODRIGUES, 1999, p. 17) (grifo nosso).

Na nossa pesquisa, deparamos com o livro intitulado *O negro e a Igreja*, no qual o seu autor, João Evangelista Martins Terra, defende veementemente a Igreja de ter se omitido na questão da escravidão; tudo estava tão diferente do que os outros autores falavam, que o fato nos estanhou.

Fomos desvendar quem seria ele e, qual não foi a nossa surpresa, descobrimos que ele pertence à Companhia de Jesus, ou seja, um puro jesuíta, atualmente, bispo auxiliar de Brasília. Nele vimos elogios rasgados aos historiadores Serafim Leite (1890-1969) <sup>(7)</sup> e

---

<sup>7</sup> Terra, 1984, p. 29 e 114.

Francisco Rodrigues (1873-1956), <sup>(8)</sup> que, não por mera coincidência, também são jesuítas, enquanto que não poupa críticas aos que apontam a falha da Igreja, chamado-os, entre outras coisas, de falsários <sup>(9)</sup>, de medíocres <sup>(10)</sup>, de manipuladores <sup>(11)</sup>, de caluniosos <sup>(12)</sup>.

Não só defende a Igreja, mas também alguns de seus membros, como, por exemplo, Pe. Antônio Vieira, Pe. Jorge Benci (1650-1708), Pe. Manuel Ribeiro Rocha (?-1754), Pe. João Antônio Andreoni (1649-1716) e Pe. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, enquanto outros autores fizeram justamente o contrário, conforme demonstramos um pouco antes. Mas, cegado pelo dogmatismo, em sua defesa acaba caindo em completa contradição com o que diz.

Sobre o Pe. Vieira afirma:

O próprio Vieira que admitia, como todos na sua época, a possibilidade da escravatura, verbera com palavras de fogo os crimes dos senhores que violavam todos os direitos mais sagrados dos escravos. <sup>(13)</sup>.

Perguntamos: se ele admitia a escravatura como, ao mesmo tempo, a defendia?

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. 55 e 114.

<sup>9</sup> ibidem, p. 28 e 34.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 30

<sup>11</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 88.

Do Pe. Manuel Ribeiro da Rocha, cita a obra intitulada *Etíope Resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado. Discurso teológico-jurídico em que se propõe o modo de comerciar, haver e possuir validamente, quanto a um e outro foro, os pretos cativos africanos e as principais obrigações que correm a quem deles se servir*, Lisboa 1758, e conclui: “Pelo próprio título se percebe que o autor não condenava de antemão a escravatura, mas procurava corrigir os absurdos dela”.<sup>(14)</sup>. Certamente que apoiava; só cego não vê isso.

Diz ainda que “nesta obra, Ribeiro da Rocha, que conhece a obra de Benci e as 'Constituições do Arcebispado da Bahia', trata longamente dos direitos religiosos dos escravos, catequese, pastoral sacramental etc. Sobretudo os sacramentos do batismo, crisma, eucaristia e matrimônio são tratados amplamente”.<sup>(15)</sup>. Ok, mas e os direitos de cidadão para onde foram??? Por acaso eram libertados após se tornarem cristãos pela recepção dos sacramentos? Ou se vai dizer que eles não iam embora porque estavam conscientes que teriam que continuar como escravos para “apagarem” seus pecados por serem descendentes de Cam?

Falando do livro *Cultura e Opulência do Brasil*, de Pe. João Antônio Andreoni, diz que ele trata dos problemas dos escravos na seção IX do Livro I, título:

---

<sup>14</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 90.



“Como se há de haver o senhor do engenho com seus escravos.”, onde se lê:

Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. [...] *Dever de justiça*: de vestir, alimentar, curar os escravos. Não dar trabalho superior às forças. <sup>(16)</sup>

Vemos, portanto, que a única preocupação de Andreoni era como o senhor de escravos os tratavam; não se preocupou com a liberdade deles.

Ao terminar disse:

Como vemos em apenas seis páginas muito densas, Antonil trata dos principais aspectos do direito dos escravos e dos deveres do senhor do engenho. **O centro da preocupação de Antonil**, no qual se igualam senhores e escravos **é a *salvação eterna***: dever de batizar; ensinar aos batizados o que hão de crer, a lei de Deus que devem observar, como rezar, como assistir à missa, como se confessar, a imortalidade da alma. Guarda dos domingos e dias santos. Condenação do senhor que não zela pela salvação do escravo. (Terra, 1984, p. 106) (grifo nosso)

Com se vê, fica provado que Andreoni (Antonil) não estava nem aí para a liberdade dos escravos; apenas

---

<sup>16</sup> Ibidem, p. 104-105.

preocupava-lhe os seus “direitos religiosos”.

O Pe. Jorge Benci “preocupado com as injustiças cometidas contra os escravos compôs um célebre sermão sobre as Obrigações dos Senhores para com os escravos. Esse sermão causou forte reação dos senhores escravistas” (17)

E ainda em relação ao Pe. Benci, cita o livro *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (Roma 1705; Lisboa 1954), ressaltando que ele se inspira em *Eclo 33,25, “Pão, correção e trabalho para o servo”*. É exatamente isso que defenderá em todo o seu livro, sem que, em nenhum momento, mencione a questão da liberdade do escravo; apenas ditava normas pelas quais os senhores deveriam tratá-los, conforme se pode perceber pelo título de seus discursos: I - Primeira obrigação dos senhores para com os escravos”, II - “Segunda obrigação dos senhores para com os servos”, III - Em que se trata da terceira obrigação que têm os senhores para com os escravos: corrigir: dar o castigo ao escravo para que se não acostume a errar, IV - *Da quarta obrigação dos senhores para com os servos*. Deste último, cita a conclusão de toda a obra (§7):

As obrigações dos senhores no governo dos escravos: dar o pão corporal para sustento dos corpos, dar o pão espiritual para alimento das almas. Corrigir com moderação para não viverem

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 107.

erradamente. Dar o trabalho ao seu tempo, proporcionado às forças, temperado com descanso, não para oprimir a vida mas para reprimir a insolência.

Não se exige dos senhores que deem liberdade a seus servos; se assim o fizessem, nada mais fariam do que o fizeram os verdadeiros cristãos. O mínimo que se pretende do senhor de escravos é que os trate como a próximos: dar o sustento para o corpo e para a alma; dar somente o castigo que pede a razão, dar trabalho tal que não oprima. (TERRA, 1984, p. 107-113, *passim*)

Confirma-se, então que ele não se preocupou mesmo com a liberdade dos escravos, mas apenas com as condições que os senhores os tratavam.

Cita, Martins Terra, alguns Papas que reprovaram a escravidão através das Bulas; entretanto, nem uma linha falou daquelas que permitiam a escravidão como as *Dum Diversas* e *Romanus Pontifex*, em 1452 e 1455, respectivamente. Porém, por mais que queiram se justificar pelos que a condenaram ou por imposições de autoridades políticas, isso pouco efeito teve sobre os próprios padres e bispos, que mantiveram escravos até, pelo menos, o ano 1870, conforme demonstrado.

Martins Terra, por várias vezes, justifica a posição da Igreja por questões históricas e econômicas, das quais citaremos:

Além disso a história da Igreja no Brasil apresenta frequentes juízos críticos sobre o passado, feitos nas perspectivas culturais do presente: juízos aparentemente brilhantes, mas historicamente injustos porque não levam em consideração o condicionamento histórico da “consciência possível”. (TERRA, 1984, p. 32)

[...] Afinal, se a escravidão nessa época era uma “instituição” mundial, se no Brasil ela era “estrutural” e “imperativa” a tal ponto que a atuação do Bispo (funcionário do Estado, designado e sustentado pelo Padroado), só podia ser “ou aceitar a escravatura ou não viver no Brasil” - aliás, não viver em nenhuma parte do mundo de então – qual poderia ter sido a atitude “que tocasse a raiz do problema?”. (TERRA, 1984, p. 69)

É exatamente diante dessa realidade concreta, que aceitava *de fato* o caráter estrutural, institucional e imperativo da escravatura, reconhecida e justificada *de direito* por todos os moralistas e juristas *europæus* da época que deve ser colocada e avaliada a atitude e atuação da Igreja e dos missionários. (TERRA, 1984, p. 69)

A grande questão é: se a posição da Igreja, em relação aos escravos, justifica-se pelo contexto histórico, por que não dar o mesmo tratamento a Kardec, em lugar de acoimá-lo de racista, já que ele acreditou na ciência de seu tempo? Ou será que o contexto histórico e interesses de Estado são mais importantes que o desenvolvimento da Ciência e aplicação dos princípios cristãos?! É bom lembrar que a história sempre está ligada àquilo que

passou e o Estado é temporário; já a Ciência é permanente e contínua, bem como, o Cristianismo, que, acreditamos, veio para ficar.

Abrimos um parêntese para dizer que tudo o que estamos colocando a respeito da Igreja, damos por respondido o texto *A Igreja e a escravidão*, constante no site Montfort (ver Apêndice – Anexo II), o qual, caro leitor, sugerimos a sua leitura, para, pessoalmente, você ver até onde se chega com o fanatismo cego.

Além dos negros, também, encontramos discriminação aos Judeus. Ao que parece sua origem tem a ver com: “já em 325, o Concílio de Niceia culpou os judeus pela morte de Jesus (acusação só retirada em 1965, no Concílio Vaticano 2º)” (SZKLARZ, 2008, p. 29).

Mais tarde, esse antissemitismo cresceu de tal forma que:

[...] em 1215, o 4º Concílio de Latrão (o que condenou os cátaros) proibiu o casamento entre judeus e não-judeus, impediu os judeus de exercerem funções públicas e os obrigou a usar distintivos sobre as roupas, como a estrela amarela imposta por Luís IX na França”. (SZKLARZ, 2008, p. 29)

Não deixa de ser uma surpresa para nós a posição sobre os judeus de São João Crisóstomo, um doutor da Igreja, que é considerado um de seus “pais”. Num sermão

disse, sem meias palavras:

Não vos deixem surpreender por eu ter chamado os **Judeus de desastrosos. Porque eles são mesmo desastrosos e miseráveis.** Aqueles que rejeitaram tão fervorosamente e recusaram as muitas boas coisas que o céu lhes colocou nas mãos. Eles conheceram os profetas desde a infância e crucificaram aquele que tinham profetizado. Aqueles que foram chamados a ser filhos desceram à raça de cães.

**Animais sem entendimento, quando gozam de manjares que enchem e engordam, tornam-se mais difíceis e incontroláveis e não tolerarão uma canga ou rédeas, ou a mão do condutor.** E o mesmo com a nação dos Judeus: porque eles se voltaram para o mal extremo, tornaram-se inquietos e não aceitaram o jugo de Cristo nem serem colhidos pela ceifa dos seus ensinamentos.

**Tais animais que não pensam são próprios para o abate,** porque eles não são próprios para trabalhar. Os Judeus não têm experiência nisso: porque se mostraram inúteis para o trabalho, eles tornaram-se apropriados **para serem mortos.** Eu sei que muitas pessoas respeitam os Judeus e veem a sua vida como honorável. Eu exorto-vos por isso a colher esse preconceito depravado pelas raízes. Já disse que a sinagoga não é melhor do que um teatro. **Na verdade, a sinagoga não é apenas um bordel e um teatro, mas também um antro de ladrões e abrigo para selvagens.** E não apenas para selvagens mas mesmo para selvagens impuros. ([http://www.1enciclopedia.com/topic/S%C3%A3o\\_Jo%C3%A3o\\_Cris%C3%B3stomo.html](http://www.1enciclopedia.com/topic/S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_Cris%C3%B3stomo.html)) (grifo nosso)

Surpresa ainda maior nos reservava o que, na sequência, lemos nesse mesmo site, para explicar a posição desse Santo Católico:

Não se pode, contudo, classificar essas posições como meramente “antissemitas”. Obviamente João Crisóstomo não pode ser encarado como estrito amigo dos judeus – embora tivesse amigos entre as comunidades judaicas –, mas, no outro extremo, não pode ser também classificado como um mero antissemita, como se fosse um nazi. **Os seus textos devem ser entendidos dentro do universo em que foram inscritos.** (*Loc. cit.*) (grifo nosso)

Certamente, uma defesa bem “católica”, diríamos. Entretanto, por muito menos do que isso, querem taxar Kardec de racista; e aqui, usando dos mesmos argumentos por nós utilizados, ou melhor, pelos quais nos acusam, tentando salvar a pele desse importante exegeta. Assim, fazemos uma perguntinha: se alguns defensores da doutrina católica usam a “explicação” do “dentro do universo em que foram inscritos” para se justificar, como não aceitam a nossa explicação? Pura incoerência; não é?!

Pior ainda fica a posição da Igreja diante da acusação de omissão frente ao nazismo, ponto máximo em que se chegou com a absurda segregação racial:

Em 1490, surgiu na Espanha o Estatuto de Pureza de Sangue, cujo objetivo estava em distinguir os antigos cristãos dos conversos. Sob o pretexto religioso, a Inquisição promoveu perseguições por motivos raciais e econômicos – muitos judeus haviam prosperado e seus bens serviam como atrativo.

Em 1919, Adolf Hitler deixava seus propósitos claros no livro *Mein Kampf* (Minha Luta, sem tradução em português): “Não há pacto a ser firmado com os judeus: ou os destruimos ou estamos perdidos”. Para Hitler, tratava-se de uma raça perversa que lutava para dominar o mundo. Mais do que isso, a ideologia nazista os considerava subumanos, um perigo para a pureza da raça ariana.

As Leis Raciais de Nuremberg, aprovadas em setembro de 1935 pelo governo nazista, privaram os judeus dos direitos políticos e civis em todo o território alemão.

#### A omissão católica

As atrocidades cometidas pelos nazistas desafiavam os princípios cristãos. O antissemitismo defendia o extermínio por motivos raciais, desprezando até mesmo os judeus convertidos ao Catolicismo. Ainda assim, o Vaticano pouco fez para impedir o Holocausto. **“O papa Pio XII poderia ter salvo milhares, mas não o fez”**, afirma a historiadora Anita Waingort Novinsky, da Universidade de São Paulo. **“Mas os protestantes foram tão omissos quanto os católicos”**.

Quando o nazismo se tornou mais violento, em meados da década de 30, apenas vozes isoladas



levantavam-se contra as políticas desumanas de Hitler. A manifestação católica mais contundente veio em uma encíclica escrita, em 1937, pelo papa Pio XI. O documento condenava o racismo nazista e o totalitarismo, mas não se referia explicitamente à perseguição dos judeus.

A prática da “Solução Final”, em 1941, multiplicou as notícias de atrocidades que chegavam à Santa Sé. Apesar de receber os informes, o papa Pio XII jamais confrontou o nazismo. Quando tocava na questão, seus pronunciamentos o faziam de maneira sutil, evitando um rompimento com a Alemanha. “Havia a necessidade de sobrevivência política do Vaticano”, diz o historiador Edgar Salvadori de Decca, da Unicamp. “Mas foi um silêncio cúmplice. O nazismo fazia um papel que não era de todo ruim para a Igreja: combatia o comunismo e os católicos não tinham simpatia pelos judeus”. A atitude católica durante o Holocausto provocou um exame de consciência na Igreja. **Em 1998, o papa João Paulo II divulgou um documento em que reconheceu a omissão individual dos católicos diante do extermínio dos judeus.** (p. 17) (MORAES, M. 2004, p. 14-19) (grifo nosso)

A autonomia do Vaticano estava garantida. E as relações do papado com os governos totalitários da Europa atingiram um estágio ainda mais sombrio com Pio XII, que assumiu em 1939. No início dos anos de 1930, quando ainda era o cardeal Eugenio Pacelli, ele negociou um acordo com o líder alemão Adolf Hitler. O resultado? O Partido do Centro, a legenda católica alemã, apoiou a lei que deu ao chefe nazista poderes de ditador, em 1933.

Pessoalmente, Pio XII não simpatizava com os nazistas. **Mas seu comportamento durante a Segunda Guerra Mundial deu a impressão contrária: preocupado com a segurança dos católicos e dos membros do clero na Europa, ele evitou a todo custo condenar abertamente o Holocausto, mesmo sabendo do extermínio que acontecia nos campos de concentração.** E, ao fim do conflito, como muitos dos envolvidos no genocídio judaico na Alemanha e na Croácia eram católicos, eles ganharam uma inestimável ajuda do Vaticano: “O subsecretário de Estado de Pio XII ajudou essas pessoas a obter centenas de vistos para a Argentina”, conta o jornalista espanhol Santiago Camacho em seu livro *Biografia Não-Autorizada do Vaticano*.

O pedido de desculpas pela omissão diante dos atos bárbaros dos nazistas só veio com João Paulo II. (LOPES, 2007, p. 26-33) (grifo nosso)

O próprio pedido de desculpas é a confissão do “crime”, deixando os que ainda procuram defender a Igreja em maus lençóis. Agora, não entendemos essa de “omissão individual dos católicos” usada nesse “mea culpa” papal.”

Temos também em Paul Johnson, sérias informações a respeito da posição da Igreja frente ao nazismo:

Essa dura avaliação chega perto da verdade. Nem a **Igreja Evangélica** nem a **Católica jamais condenou o regime nazista.** [...] (JOHNSON,

2001, p. 591) (grifo nosso)

[...] **As igrejas estavam na folha de pagamento de Hitler. Tanto evangélicos quanto católicos**, Igrejas estatais, desfrutavam da tributação pública. [...] (JOHNSON, 2001, p. 594) (grifo nosso)

[...] Em abril de 1939, **protestantes e católicos tocaram seus sinos em homenagem ao nascimento de Hitler**, e o cardeal Bertram, o primado católico, enviou-lhe um telegrama de parabéns.

As Igrejas não desempenharam papel algum nos acontecimentos que levaram à irrupção da Segunda Guerra Mundial. (JOHNSON, 2001, p. 595) (grifo nosso)

[...] No outono de 1943, **o bispo Hudel, líder da comunidade católica alemã em Roma, pediu ao comandante militar alemão que impedisse a prisão e deportação de oito mil judeus, não por ser errado exterminá-los**, mas porque “temo que, caso contrário, o Papa terá que assumir abertamente uma posição que servirá à propaganda antigermânica como uma arma contra nós”. Tanto ele quanto o embaixador alemão, Ernst von Wietzacker, partiam do princípio de que Pio não protestaria de bom grado, mas só sob pressão – e o conheciam bem. Com efeito, ele nada fez, muito embora mil judeus tenham sido condenados ao extermínio. [...] (JOHNSON, 2001, p. 598) (grifo nosso)

Passado tão escabroso não há como negar, pois a

história registrou tudo; porém, poder-se-á encontrar alguns fanáticos que farão vistas grossas a isso tudo.

O que achamos muito curioso em Paul Johnson, é que ele afirma que “[...] no final de 1938, **22,7 por cento da SS eram compostos por católicos praticantes.** [...]” (JOHNSON, 2001, p. 597) (grifo nosso). Quer dizer, se a Igreja não deu exemplo, os seus fiéis caíram no mesmo “pecado” cometido por ela.

Maria Luiza Tucci Carneiro, no livro *Preconceito racial no Brasil Colônia*, afirma o seguinte:

**Fatos se sucederam a partir do Século XVI, cooperando para o fortalecimento do racismo.** Dentre eles podemos relacionar: o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício, o alastramento do conceito de pureza de sangue, a aplicação de uma política anti-imigratória, a divulgação de obras antijudaicas e a aplicação de uma legislação francamente racista.

**O conceito de pureza de sangue,** como atributo profundamente depreciativo, foi tradicionalmente cultivado nos países ibéricos desde a Idade Média, estendendo-se até os inícios do Século XIX, **tendo a Igreja como a principal propagadora e sustentadora de tal mito.** (CARNEIRO, 1983, p. 53-58, *passim*) (grifo nosso)

E um pouco mais à frente:

**Todavia, os judeus e seus descendentes não**

**foram os únicos discriminados pela Igreja Católica. Forte preconceito racial atingiu também outros grupos étnicos, como: o mouro, o mourisco, o negro, o indígena e o cigano.**

A Igreja armou-se dos mais variados instrumentos legais e ilegais. Endossando a ideia de pureza de sangue, e adotando-a como critério de seleção para aqueles elementos que desejavam ingressar em seus quadros religiosos, a Igreja encontrou uma forte argumentação para impedir que indivíduos alheios à raça branca ao seu grupo de “status” usufruíssem da situação privilegiada que possuía. (CARNEIRO, 1983, p. 113) (grifo nosso)

Como se vê, o racismo da Igreja não se restringiu somente aos negros.

E já que acabamos de falar em barbaridades cometidas pela Igreja Católica, não poderíamos deixar de mencionar a “Santa” Inquisição. Leiamos, sobre este assunto, a seguinte opinião:

Inquisição – encontro com os hereges, a Igreja cometeu atrocidades

Se até hoje o Holocausto promovido por Adolf Hitler durante a Segunda Guerra Mundial é tido como um dos piores momentos da humanidade é porque o relativismo deixa escapar outro apocalipse que se abateu sobre homens e mulheres: A Santa Inquisição da Igreja Católica. O motivo deste silêncio sobre o que aconteceu durante seis séculos está justamente no poder da

Igreja e na expansão do Cristianismo. Os vencedores, raramente, são passíveis de críticas.

Muitos pereceram nesta árdua batalha. O mais incrível de tudo é que, sobre a chancela de defesa da palavra de Deus, a Igreja romana caçou quem era contrário aos seus ideais políticos, quase como uma representação de Gog e Magog do Apocalipse de São João. Nunca o Armageddon esteve tão presente na vida social.

Logo após os primeiros movimentos das Cruzadas, o infame massacre de muçulmanos, emergiu um tempo sinistro onde o poder religioso confundia-se com o real. O papa Gregório IX, em 20 de abril de 1233, editou duas bulas que marcaram o início do Tribunal do Santo Ofício, a vulgar Inquisição (a prática, entretanto já vinha do ano de 1184 sob o comando do Papa Lúcio III). **Esta instituição perseguiu, torturou e matou vários de seus inimigos ou quem ela entendesse como inimigo, acusando-os de hereges.** A bula “Licet ad capiendos”, que verdadeiramente marca o início da Inquisição, era dirigida aos dominicanos, inquisidores, e continha o seguinte teor:

“Onde quer que os ocorra pregar, estais facultados, se os pecadores persistem em defender a heresia apesar das advertências, a privá-los para sempre de seus benefícios espirituais e proceder contra eles e todos os outros, sem apelação, solicitando em caso necessário a ajuda das autoridades seculares e vencendo sua oposição, se isto for necessário, por meio de censuras eclesiásticas inapeláveis”.

Roberto el Bougre, chefe-inquisidor da França,

foi o primeiro a não hesitar em realizar rituais de execuções em massa. Seu sucesso contagiou toda a Igreja. **Em 1252, o papa Inocêncio IV editou a bula “Ad extirpanda”, a qual institucionalizava o Tribunal da Inquisição e autorizava o uso da tortura.** Mais. O poder político era obrigado a contribuir com a atividade da igreja.

Nos processos da inquisição, a denúncia era prova máxima de culpa, cabendo ao acusado provar sua inocência. Ele era mantido incomunicável e ninguém, a não ser os agentes da Inquisição, tinha permissão de falar com ele. Nenhum parente podia visitá-lo.

Geralmente, ficava acorrentado e era o responsável pelo custeio de sua prisão. O julgamento era secreto e particular e o acusado tinha de jurar nunca revelar qualquer fato a respeito dele no caso de ser solto.

Nenhuma testemunha era apresentada contra ou a favor dele. Os inquisidores afirmavam que tal procedimento era necessário para proteger seus informantes. A tortura só era aplicada depois que uma maioria do tribunal a votava sob pretexto de que o crime tornara-se provável, embora não certo, pelas provas. Muitas vezes, a tortura era decretada e adiada na esperança de que o medo levasse à confissão. A confissão podia dar direito a uma penalidade mais leve e, se fosse condenado à morte, apesar de confesso, o sentenciado podia “beneficiar-se” com a absolvição de um padre para salvá-lo do inferno. Ao estilo militar, a tortura também podia ser aplicada para que o acusado indicasse nomes de companheiros de heresia. Os acusados que se contradiziam podiam ser torturados para descobrir qual deles estava

dizendo a verdade.

**Não havia limites de idade para a tortura, meninas de oito anos e idosas de 80 eram sujeitas aos tormentos.** As penas impostas pela Inquisição iam desde simples censuras, passando pela reclusão carcerária (temporária ou perpétua) e trabalhos forçados nas galeras, até a excomunhão do preso para que fosse entregue às autoridades seculares e levado à fogueira. Esses castigos normalmente eram acompanhados de flagelação do condenado e confiscação de seus bens em favor da Igreja. Também poderia haver privação de herança até da terceira geração de descendentes do condenado.

A obrigação de participar de cruzadas também foi muito usada no século 13. Na prisão perpétua, nem essa pena lhe dava salvação, já que com a morte do acusado, a inquisição mandava “queimar os restos mortais do herege e levar as cinzas ao vento” confiscando as propriedades dos herdeiros.

O inquisidor Nicolau Eymerich foi quem deu contornos finais à prática. Em 1376, escreveu o “Directorium Inquisitorum”, onde estão conceitos, normas processuais a serem seguidas, termos e modelos de sentenças a serem utilizadas contra os hereges. Este manual também ensinava a torturar.

O tempo reforçou a Inquisição. Da França à Espanha, da Itália à Alemanha e Inglaterra, o espectro da bruxa seria o nêmesis da Igreja Católica. Mais. Seria um delírio paranoico de perseguições que resolveria a pressão dos desejos destrutivos com a explosão da caça às bruxas e as condenações à fogueira. Lentamente, esta explosão acumula-na sob a guia da Igreja – todas



as provas que serviriam para repetir a condenação de Lilith.

Junte isto à visão da época sobre a mulher, ou seja, que ela era origem de todo o Mal. Mas não só os católicos tinham culpa no cartório. Os protestantes tiveram também sua parcela já que atribuíam ao canto, à dança, ao sexo e tudo mais que fosse motivo de alegria e prazer à intervenção direta do Demônio. Tudo era motivo para se acusar alguém (principalmente uma mulher) de bruxaria: clitóris grande, marcas de nascença, cabelos avermelhados, olhos azuis-claros, mamilos avantajados, etc. Pior. Estes exames, muitas vezes, eram realizados em público, para criar ainda mais desonras. As parteiras, as mulheres que utilizavam ervas, pessoas que tratavam de dores e naturalistas foram todas queimadas, já que, além da cobertura religiosa, **a Inquisição também era um excelente negócio (todos os bens eram confiscados)**.

A condenação era quase sempre baseada em boatos, seguida da tortura que durava até 24 horas por dia. Os tornozelos eram quebrados, seios decepados, enxofre derramado nos cabelos, tendões desfibrados, costas e braços deslocados, e muitas vezes as vítimas eram estupradas com objetos cortantes. Na hora da execução, adicionava-se enxofre nas fogueiras para que a vítima não morresse sufocada e, sim, queimada.

À medida que o século 17 se desenrolava, as pessoas ficavam mais incrédulas com a bruxaria, e, em 1712, a última pessoa morta pela Inquisição na Inglaterra. Porém, o fim oficial só se deu em 1843, na Espanha. **O saldo desse holocausto da Igreja Católica é incerto, mas julga-se que**

**tenham perecido pelas mãos dos tribunais algo em torno de 100 milhões de pessoas, a maioria mulheres.** Um verdadeiro Apocalipse. (GIASSETTI e CORCI, s/d, p. 34-37) (grifo nosso)

Um amigo nos recomendou pesquisar na Internet sobre “Cemitério dos proscritos”; foi o que fizemos e lá encontramos isso:

#### Cemitério dos Proscritos

**Os suicidas, os negros, as prostitutas, pessoas de rua, andarilhos, criminosos e todos os excluídos pela sociedade da época eram sepultados no cemitério dos Proscritos.** Este cemitério situava-se nas antigas chácaras, frente as atuais Capelas Mortuárias junto ao Cemitério Católico. Após as mudanças de conceitos da sociedade de época foi permitido o sepultamento de toda e qualquer pessoa no Cemitério Católico. O antigo cemitério dos Proscritos ficou abandonado, retornando a seu uso como chácara. Como fato elucidante várias pessoas comentam que as flores mais lindas da cidade eram colhidas naquelas chácaras. E para dar-se mais ênfase a esse fato hoje abriga um dos mais requintados e belos conjuntos residenciais de nossa cidade. (Fonte: <http://www.riograndeemfotos.fot.br/cemiterios2.html>) (grifo nosso).

Nem um lugar digno os proscritos, ou melhor, os discriminados pela Igreja Católica, tinham para ser enterrados com dignidade. Alguém poderá achar que isso

não deve ter acontecido, mas é impossível negá-lo diante deste testemunho, do que aconteceu na época da escravidão; vejamos:

### A VELHICE

Afinal chega a velhice para todos: às vezes vem a peste e arrebatava os escravos sacrificados pela falta de higiene e de asseio. Eles que na infância maldisseram a escravidão, pelas lágrimas da mãe, que na idade madura **choraram sangue vendo os ossos de seus pais quase insepultos no chão da fazenda**; na velhice ao verem os seus descendentes condenados ao mesmo opróbrio, morrem sem uma consolação.

### A MORTE

Já a morte não é a libertação. A carne de sua carne, e eles sentem-no apesar de seu apagado afeto, fica para perpetuar seu sangue no cativo! Morrem enfim. Então começou para eles a vida eterna; a alma encarcerada, escurecida, violentada, oprimida, envilecida, sob o cativo, sobe a pedir a reparação do crime. Mas ainda assim: quando mesmo ele já está no seio de Deus, puro espírito, **seu corpo é degradado das pompas do túmulo. O cortejo é dos irmãos do morto... mas o que o senhor dá são quatro palmos de terra inculta entre sarças espinhosas e urtigas bravas, ao lado de algumas ruínas de igreja.**

### O CEMITÉRIO

**Vi desses cemitérios ao lado do cemitério dos brancos.** Nada atestava que ali, nesse barro, entre as pedras amontoadas e as urzes, houvesse

um lugar de último descanso... os animais passavam livremente sobre esse chão. Nada! nem uma inscrição, nem uma lápide, nem uma cruz de pau tosco dizia que ali havia poeira humana. Num desses engenhos ou fazendas íamos caminhando, quando o proprietário nos disse que aí enterrava seus escravos. Foi preciso que ele nos advertisse... para sabermos que pisáramos terra sagrada por lágrimas sem preço. (NABUCO, 1988, p. 52-53) (grifo nosso).

E ainda há os que nos aparecem para acusar-nos... Não devem ter conhecimento de história; não é mesmo?!

Em meio aos diversos artigos aqui colocados vimos, também, a posição da Igreja em relação à escravidão dos índios; vejamos o que disse, *ipsis litteris*, Marco Antônio dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Bebedouro-SP:

Usando a religião alguns teólogos liam na passagem de Gênesis, capítulo 9, versículo 25, justificativa para servidão negra e indígena: Canaã, filho de Noé, embriaga-se e é condenado à servidão<sup>18</sup>. Em 1454 a Igreja Católica, através do Papa Nicolau V, assina a bula *Romanus Pontifex*, dando exclusividade dos negócios da África aos portugueses. Nos anos de 1456 e 1481 os papas Calixto III e Sixto IV detalham o ouro e escravos como os principais produtos da África e

---

<sup>18</sup> O autor confundiu-se, pois, na verdade, quem embriagou-se foi Noé e o condenado à escravidão foi Canaã, que acaba pagando por seu pai, Cam, ter visto a nudez de Noé, ocasião em que curtia o maior pileque.

reafirmando que Portugal é o único reino com autorização para explorar o comércio, sendo essa base moral para a forte expatriação de africanos para o continente americano.

Em 1510 o dominicano escocês, John Major declara: a própria ordem da natureza explica o fato de que alguns homens sejam livres e outros escravos. Esta distinção deveria existir no interesse mesmo daqueles que estão destinados originalmente a comandar ou a obedecer”. 10 anos depois em 1520 o teólogo Paracelso afirma que os ameríndios não descendem de Adão e Eva.

O debate foi tão intenso dentro da estrutura da Igreja Católica que fez com que o Papa Paulo III divulgasse a *Bula Papal Sublimus Deus* em que pede respeito aos índios, mas ainda baseado em Aristóteles, os considera – seres inferiores.

1550 a 1551 os freis Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomeu de Las Casas travam uma discussão interessante. Sepúlveda dizia que os índios além de inferiores eram viciosos e irracionais, argumentando que a semelhança entre europeu e o indígena era a mesma entre os homens e o macaco. Já o religioso Las Casas toma partido dos índios, mas afirma que a escravidão deve ser dirigida aos nativos da África por serem mais fortes e resistentes ao trabalho pesado.

**Os teólogos católicos não eram os únicos a pensar assim. Em 1772 o Reverendo Thomas Thompson publica a monografia “O comercio dos Escravos Negros na Costa da África de acordo com os Princípios Humanos e com as leis Religiosas Reveladas” onde tenta demonstrar a inferioridade dos africanos. Em**

**1852 o Reverendo J. Priest reforça a ideia e publica o trabalho “A Bíblia defende a Escravidão”. Por fim em 1900 C. Carrol, também protestante divulga sua obra “Provas Bíblicas e Científica de que o negro não é membro da Raça Humana”. (SANTOS, *De onde vem o racismo?*, <http://www.mundonegro.com.br>) (grifo nosso)**

Este artigo foi colocado por dois motivos: 1º) reforçar a escravidão a que a Igreja Católica submetia os índios; e 2º) demonstrar que também os protestantes justificavam a escravidão dos negros, para que a culpa não caia somente sobre um dos ramos do cristianismo.

É o que nos confirma Jaime Rodrigues:

Para que o tráfico fosse implantado e durasse tanto tempo, foi preciso encontrar justificativas religiosas e morais. **Essas justificativas, criadas nos séculos XV e XVI pela Igreja católica e mantidas pelos protestantes**, afirmavam que a escravidão era o pagamento pela salvação dos africanos infiéis, pois os trazia para a “verdadeira religião”. (RODRIGUES, 1999, p. 60) (grifo nosso)

Eis até que ponto o interesse das organizações, religiosas ou não, pode levar o ser humano, a ponto de fanatizá-lo, através de interpretações que justifiquem suas ações ou omissões em relação a determinados fatos...

E especificamente em relação ao Espiritismo, a

CNBB, em assembleia realizada em Belém (ago/1953), teve entre os dois temas centrais um intitulado “Plano Nacional de Combate ao Espiritismo”<sup>19</sup>, cujo texto, infelizmente, não conseguimos localizar, mas ficamos com a impressão que nós, os espíritas, devemos ser alguma praga a ser combatida, algo que não foge a uma flagrante discriminação sob o manto de “princípio religioso”, contrariando o princípio constitucional de liberdade de crença, constante do artigo 5º, inciso VI, da Constituição Federal.

---

<sup>19</sup> <http://www.cnbb.org.br/index.php?op=pagina&chaveid=009>, acesso em 15.12.2007, às 13:40hs.

## Conclusão

Uma situação que achamos muito interessante foi quando estávamos lendo um jornal e deparamo-nos com este artigo:

Reclamação do Papa

VATICANO

Papa Denuncia hostilidade

**O papa Bento XVI denunciou ontem, na tradicional audiência das quartas-feiras, a atitude hostil que existe em certos países, nos dias de hoje, com relação à Igreja Católica.** “É desconcertante e é preciso refletir sobre nossa perturbação ante as graves dificuldades, incompreensões e hostilidades que a Igreja sofre em vários lugares do mundo. **São sofrimentos que a Igreja não merece**, assim como Jesus não mereceu o suplício”. Bento XVI, que retornou à residência de veraneio de Castelgandolfo, não mencionou países. (*O Estado de Minas*, 24 ago. de 2006, p. 21) (grifo nosso)

Engraçado é que seus líderes, obviamente que nem todos, e muitos de seus fiéis perseguem o Espiritismo sem dó nem piedade, e vem o papa falar de perseguição “imerecida” à sua Igreja... Haja incoerência! Desculpem-nos, mas deveria olhar para o próprio umbigo.

Antes de terminar, devemos dizer que, embora



tenhamos colocado algumas coisas relacionadas à Igreja Católica, não temos nada contra ela, pois sabemos que ela não pode ser responsabilizada pelo excesso de seus membros, laicos ou não. E, como prova de que nem todos pensam como os que administram o site Montfort, trazemos essa indignada opinião.

**Assunto:** Deus Caridade

**De:** Marcio Freiberger  
<marcio127@yahoo.com.br>

**Data:** Sat, 24 Feb 2007 03:49:49 – 0800 (PST)

**Para:** pauloneto@ghnet.com.br

Peço licença em lhe escrever, pois comungo contigo uma mesma indignação, com o Prof Orlando Fedeli.

Li que ele se reportou a vós querendo os doutrinar com suas palavras de críticas destrutivas. Este homem não representa em nada o que a Igreja quer e ensina pelos últimos Papas. Não aceitou o Concílio Vaticano II e desde então só sabe criticar a tudo que vê, ou pensa ver! Escravo de suas ideias errôneas de Deus... Um Deus pronto para o castigo e não para o perdão e Amor, um Deus que não vê corações, só o exterior... etc. Peço que não leve suas críticas negativas como sendo pensamento de nós, Irmãos pela Criação.

Este professor, que não sei se podemos chamá-lo de professor, critica todos os novos movimentos da Igreja Católica, os Evangélicos, Protestantes etc. Usa maliciosamente de textos ou palavras de outros, e as colocando em outro contexto,

distorcendo o que realmente o autor pretendia de fato.

O que dizer de alguém que pensa que todos estão errados e fica chamando a atenção para si, como depositário único da Verdade?

Sou Católico e membro da RCC a vários anos. Tenho uma tia, já falecida, que foi espírita Kardecista em Jacarezinho/PR. Nome Florinda Olsen. Talvez tenha ouvido falar dela. Ela faleceu, há pelo menos 28 anos. Tinha um amor muito grande pela comunidade em que viveu e foi muito amada também.

Como ensina o Papa Bento XVI (em anexo sua c. encíclica) Deus é caridade e o encontramos na prática da caridade.

Márcio Freiberg

Temos a convicção de que, como o caro Márcio Freiberg, existem milhares de outros católicos, a quem pedimos mil desculpas pelo que citamos da Igreja Católica. Também rogamos que vejam nisso apenas uma forma de defesa, pois, particularmente, não temos nada contra ela, repetimos.

Aliás, ao contrário, uma vez que nascemos em berço católico. Reconhecemos a dignidade da esmagadora maioria dos católicos; mas, infelizmente, como em todos os lugares, há aqueles que podemos chamar de “maçãs podres”, com as quais devemos ficar vigilantes para que não contaminem o cesto todo.

Paulo da Silva Neto Sobrinho  
dez/2007  
(revisado jun/2012).

## Referências bibliográficas

- CARNEIRO, M. L. T. *Preconceito Racial no Brasil-Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARVALHO, J. M. *Pontos e Bordados, escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CAVALCANTI, R. *A história natural do amor*. São Paulo: Gente, 1995.
- FLORENTINO, M. (org) *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRAGOSO, H. A Igreja na formação do Estado Liberal (1840-1875), in BEOZZO, J. O. (coord) *História da Igreja no Brasil*, tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 141-253.
- GIASSETTI, R e CORCI, D. Inquisição – encontro com os hereges, a Igreja cometeu atrocidades, *Revista Conhecer Fantástico*, ano 1, nº 9. São Paulo: Arte Antiga, ISSN 1679.4931, s/d.
- HAUCK, J. F. A Igreja na Emancipação (1808-1840), in BEOZZO, J. O. (coord) *História da Igreja no Brasil*, tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 7-139.
- KARDEC, A. *O Livro dos Médiuns*. Rio de Janeiro: FEB, 1996.
- KARDEC, A. *Revista Espírita 1861*. Araras, SP: IDE, 1993c.
- KARDEC, A. *Revista Espírita 1864*. Araras, SP: IDE, 1993a.
- KARDEC, A. *Revista Espírita 1866*. Araras, SP: IDE, 1993b.
- JOHNSON, P. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: IMAGO, 2001.
- LÉPICIER, A. H. M. *O mundo invisível – uma exposição da teologia católica perante o moderno Espiritismo*. Porto, Portugal: Tavares Martins, 1960.
- LOPES, R. J. O Império do Vaticano, *Revista Aventuras na História*, ed. 45. São Paulo: Abril, ISSN 1806.2415, maio 2007.
- MORAES, M. A fé diante do Holocausto, *Revista das Religiões*, ed. 7. São Paulo: Abril, março 2004.
- MOTOMURA, M. Força Negra subestimada, *Revista das Religiões*, ed. 16. São Paulo: Abril, ISSN 1806.2407, dezembro 2004.
- MOURA, C. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.

NABUCO, J. *A Escravidão*. Recife: FUNDAJ, 1988.

RODRIGUES, J. *O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

SEBASTIANI, L. *Maria Madalena: de personagem do evangelho a mito de pecadora redimida*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SZKLARZ, E. Mortes aos hereges. *Aventuras na História*, edição 57. São Paulo: Abril, abr/2008, p. 24-31.

TERRA, J. E. M. *O Negro e a Igreja*. São Paulo: Loyola, 1984.

Papa denuncia hostilidade. *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 ago. 2006. Caderno Internacional, Coluna GIRO pelo mundo, p. 21.

### **Documentos eletrônicos - Internet**

BUENO, E. P. O Padre Antônio Vieira e a escravidão negra no Brasil, *Revista Espaço Acadêmico*, nº 36, mai/2004, disponível:  
<http://www.espacoacademico.com.br/036/36ebueno.htm>, acesso em 15/11/2007, às 16:26hs. ISSN 1519.6186.

CUNHA JR, H. Os negros não se deixaram escravizar, *Revista Espaço Acadêmico*, nº 69, fev/2007, disponível:  
<http://www.espacoacademico.com.br/069/69cunhajr.htm>, acesso em 13/11/2007, às 15:00hs. ISSN 1519.6186

ETEROVIC, N. *Encarte CNBB - nº 782 - 14/07/2005*,  
<http://www.cnbb.org.br/index.php?op=pagina&chaveid=241a017>, acesso em dia 20/07/2006 às 09:31hs.

FONSECA, J. *Racismo existe em toda parte, diz bispo negro brasileiro*, <http://minorias.blogspot.com/2004/08/racismo-existe-em-toda-parte-diz-bispo.html>, acesso em 14/11/2007, às 11:00hs.

GUEDES, M. G. S. *Educação em terreiros*. 2006. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontífica Universidade Católica - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005, disponível:  
[http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG\\_0651.D2W/SHOW?Mat=&Sys=&Nr=&Fun=&CdLinPrg=pt%0A%0A&Cont=7708:pt](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_0651.D2W/SHOW?Mat=&Sys=&Nr=&Fun=&CdLinPrg=pt%0A%0A&Cont=7708:pt), acesso em 16.11.2007, às 16:00hs.

MAGALHÃES, F. *Negros são minoria na igreja, releva estudo*.  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67501.shtml>, acesso em 11/10/2007, às 10:00hs.

- PRESSE, F. *Papa pede cem vezes perdão pelos “erros históricos” da Igreja*,  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u26039.shtml>,  
acesso em 15/11/2007, às 16:15hs.
- REY, V. Igreja no Brasil tem apenas 2,5% de bispos negros,  
[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070409\\_negrosigrejavr\\_ac.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070409_negrosigrejavr_ac.shtml), acesso em 16/11/2007, às 18:06hs.
- SALES, C. K. *Coisas de sábios religiosos*,  
[http://charrir.sites.uol.com.br/index.07\\_CoisasSabiosReligiosos.html](http://charrir.sites.uol.com.br/index.07_CoisasSabiosReligiosos.html), acesso em 22/11/2011, às 10:23 hs.
- SANTOS, M. A. *De onde vem o racismo?*, Internet:  
<http://www.mundonegro.com.br/noticias/index.php?noticiaID=202>, acesso em 26/11/2007 às 18:29hs.
- WERNECK, R. *Começa o conclave para escolha do novo líder da Igreja Católica*,  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u82911.shtml>, acesso em 20/07/2006 às 09:03 hs.

## Sites

- [http://amaivos.uol.com.br/templates/amaivos/amaivos07/noticia/noticia.asp?cod\\_noticia=475&cod\\_canal=41](http://amaivos.uol.com.br/templates/amaivos/amaivos07/noticia/noticia.asp?cod_noticia=475&cod_canal=41), acesso em 15/11/2007, às 14:00hs
- [http://www.1enciclopedia.com/topic/S%C3%A3o\\_Jo%C3%A3o\\_Cris%C3%B3stomo.html](http://www.1enciclopedia.com/topic/S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_Cris%C3%B3stomo.html), acesso em 03/03/2008 às 11:37hs.
- <http://www.cnbb.org.br/index.php?op=pagina&chaveid=009>, acesso em 15.12.2007, às 13:40hs.
- <http://www.riograndeemfotos.fot.br/cemiterios2.html>, acesso em 27/11/2007 às 15:33hs.
- [http://www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/br\\_racaclerorelig.asp](http://www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/br_racaclerorelig.asp), acesso em 20/07/2006, às 8:51hs.
- [http://www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/br\\_racaclerosec.asp](http://www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/br_racaclerosec.asp), acesso em 20/07/2006, às 8:52hs.
- [http://www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/br\\_racareligiosas.asp](http://www2.ceris.org.br/estatistica/caicbr/br_racareligiosas.asp), acesso em 20/07/2006, às 8:50hs.
- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Paul\\_Johnson](http://pt.wikipedia.org/wiki/Paul_Johnson), acesso em 18.04.2012, às 15:30hs.
- [http://en.wikipedia.org/wiki/Paul\\_Johnson\\_\(writer\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Paul_Johnson_(writer)), acesso em

18.04.2012, às 15.35hs.

Capa:

<http://www.thequeenofangels.com/wp-content/uploads/2012/02/claverwithslaves.jpg>

## **Apêndice: textos do site Associação Cultural Montfort**

### **Anexo I**

#### **Allan Kardec, um racista brutal e grosseiro**

**Orlando Fedeli**

É bem sabido que o darwinismo suscitou uma grande onda racista. Pois se a luta pela sobrevivência causava a seleção das espécies, a luta entre as raças causaria o aperfeiçoamento da espécie. Assim, o nazismo foi um dos efeitos do darwinismo.

O que, porém se deixa à sombra, é a influência do darwinismo no racismo de Allan Kardec, o fundador do espiritismo “moderno”.

Kardec, cujo verdadeiro nome era Hypolite Léon Dénizard Rivail, foi um homem que aprendeu bem mal a Gnose típica das sociedades secretas a que pertenceu. Nessas sociedades do século XIX, se ensinava uma doutrina mais ou menos influenciada pelo romantismo, doutrina em geral originada do cabalista Jacob Boehme. Se Kardec aprendeu mal essa doutrina teosófica e romântica, ensinou-a pior ainda. Daí nasceu o sistema gnóstico grosseiro e cheio de contradições do espiritismo moderno.

Lendo os livros de Kardec, tem-se a impressão de



ler textos de um aluno de ginásio que, não tendo compreendido bem a lição que recebeu, e com presunção própria aos ignorantes, escreve obras sem nexos, contraditórias e mal feitas. O resultado é uma Gnose de “basse cour”, isto é, uma “gnose de galinheiro”.

Por ela se passa pisando como em “lama” pseudo intelectual.

Pois lendo – com repugnância – o livro **A Gênese** de Allan Kardec (Ed. Lake, São Paulo, 1ª edição, comemorativa do 100º aniversário dessa obra) pode-se encontrar o seguinte texto, escandalosamente racista, do fundador do espiritismo moderno:

“O progresso não foi, pois, uniforme em toda a espécie humana; as raças mais inteligentes naturalmente progrediram mais que as outras, sem contar que os Espíritos, recentemente nascidos na vida espiritual, vindo a se encarnar sobre a Terra desde que chegaram em primeiro lugar, tornam mais sensíveis a diferença do progresso(sic!). Com efeito, seria impossível atribuir a mesma antiguidade de criação aos selvagens que mal se distinguem dos macacos, que aos chineses, e ainda menos aos europeus civilizados”. (Allan Kardec, **A Gênese**, ed. cit. p. 187, o sublinhado e o negrito são meus).

Kardec afirma aí o mais grosseiro e brutal racismo.

---

## Allan Kardec, um racista brutal e grosseiro - 2

**Orlando Fedeli**

Vimos já várias citações escandalosamente racistas de Allan Kardec, frutos de sua doutrina caudatária do evolucionismo darwinista.

Hoje, queremos apresentar mais um texto desse autor, que, embora tendo baixíssimo nível intelectual, vem causando muito mal, particularmente no Brasil.

Na obra intitulada **O Livro dos Espíritos**, Allan Kardec pergunta:

“6 --Por que há selvagens e homens civilizados? Se tomarmos uma criança hotentote recém-nascida e a educarmos nas melhores escolas, fareis dela, um dia, um Laplace ou um Newton?” (Allan Kardec, **O Livro dos Espíritos**, Instituto de Difusão Espírita, Araras, São Paulo, sem data, capítulo V, p. 126).

Já a pergunta denota um certo racismo, pois supõe que uma criança hotentote, ainda que educada nas melhores escolas, não teria possibilidade natural de alcançar o nível de um cientista branco.

Allan Kardec explicita seu racismo brutal e grosseiro na resposta que dá a essa pergunta, por ele mesmo feita:

“Em relação à sexta questão, dir-se-á, sem dúvida, que **o Hotentote é de uma raça inferior; então, perguntaremos se o Hotentote é um homem ou não. Se é um homem, por que Deus o fez, e à sua raça, deserdado dos privilégios concedidos à raça caucásica? Se não é um homem, porque procurar fazê-lo cristão ?**” (Allan Kardec, **O Livro dos Espíritos**, Instituto de Difusão Espírita, Araras, São Paulo, sem data, capítulo V, p. 127).

Como é possível se imprimir e difundir, ainda hoje, uma doutrina racista tão brutal e tão grosseira?

É patente, nas frases citadas, que Allan Kardec considerava a raça branca – a caucásica – superior à raça hotentote.

E Kardec chega ao absurdo de levantar a hipótese de que um hotentote não seria um homem!

Hitler aprovaria a doutrina racista de Kardec.

E os espíritas tupiniquins, repudiam eles esse racismo grosseiro e brutal, ou o aceitam?

Se o repudiam, como poderão continuar aceitando a doutrina espírita de Kardec como revelada por “espíritos superiores”?

E será que esses “espíritos superiores” eram “caucásicos”, isto é, arianos?

Não há dúvida, pois: **Allan Kardec era um racista grosseiro e brutal. E a doutrina espírita é racista.**

Daí, o orgulho que ela suscita em seus seguidores, que – se são caucásicos – se julgam superiores aos demais mortais, quer porque os consideram de raças inferiores, quer – quando se comparam a outros brancos – os julgam pouco evoluídos espiritualmente.

Como católico, repudio totalmente essa doutrina herética e racista.

---

### **Allan Kardec, um racista brutal e grosseiro - 3**

**Orlando Fedeli**

Allan Kardec foi de fato um racista grosseiro e bruto, acrescentando ao evolucionismo darwiniano a sua doutrina gnóstica, muito mal aprendida e pior explicada. Seus textos indicam um homem cheio de contradições e de baixo nível intelectual.

Quero citar dele novos textos, comprovantes desse evolucionismo bruto e grosseiro do espiritismo kardecista.

No mesmo livro **A Gênese**, que já mencionei, se pode ler o seguinte:

“Esses Espíritos dos selvagens, entretanto pertencem à humanidade; atingirão um dia o nível de seus irmãos mais velhos, mas **certamente isso não se dará no corpo da mesma raça física, impróprio a certo desenvolvimento intelectual e moral.** Quando o instrumento não estiver mais em relação ao desenvolvimento, emigrarão de tal ambiente para se encarnar num grau superior, e assim por diante, até que hajam conquistado todos os graus terrestres, depois do que deixarão a Terra para passar a mundos mais e mais adiantados” (Revue Spirite, abril de 1863, pág. 97: **Perfectibilidade da raça negra**, in Allan Kardec, **A Gênese**, Lake – Livraria Allan Kardec editora, São Paulo, p. 187. O negrito é do original e o sublinhado é meu).

Nesse texto do fundador do espiritismo moderno, está explícita a tese de que Kardec considerava os selvagens e a raça negra como inferiores.

O que é racismo bruto e grosseiro.

Se algum espírita ousar defender esse racismo kardecista, hoje, estará cometendo uma violação das leis antirracistas vigentes no Brasil.

E Allan Kardec considerava raças inferiores não só os indígenas e negros, mas também os **indivíduos de raça amarela.**

Raça superior seria só a branca.

Para o racista grosseiro e bruto que foi Allan Kardec também os chineses seriam de uma raça inferior.

Eis a prova do que estou afirmando, retirada de outro livro de Allan Kardec:

**“Um chinês, por exemplo, que progredisse suficientemente e não encontrasse na sua raça um meio correspondente ao grau que atingiu, encarnará entre um povo mais adiantado”** (Allan Kardec, **O que é o Espiritismo**, Edição da Federação Espírita Brasileira, Brasília, 32a edição, sem data, p. 206-207. A edição original de **Qu'est ce que le Spiritisme** é de 1859).

Portanto, para Kardec e para os espíritas, também os amarelos (japoneses, chineses, etc.), teriam que se reencarnar em raças superiores ou mais adiantadas. Hitler não diria muito diferente.

E Allan Kardec, esse racista bruto e grosseiro, pretendia que sua palavra fosse superior à palavra de Deus, na Sagrada Escritura, pois ele escreveu:

“A reencarnação fazia parte dos dogmas judaicos sob o nome de ressurreição; só os Saduceus, que pensavam que tudo acabava com a morte, não acreditavam nela. As ideias dos Judeus sobre esse ponto, como sobre muitos outros, não estavam claramente definidas, porque não tinham senão noções vagas e incompletas sobre a alma e sua ligação com o corpo. Eles acreditavam que um homem que viveu podia reviver, sem se inteirarem com precisão da maneira pela qual o fato podia ocorrer; **designavam pela palavra ressurreição o que o Espiritismo, mais judiciosamente, chama**

**reencarnação**” (Allan Kardec, **O Evangelho segundo o Espiritismo, Instituto de Difusão Espírita**, Araras 1978, p. 59. O negrito e o sublinhado são meus. O itálico é do autor).

Portanto Allan Kardec se considerava mais “judicioso” do que a Bíblia, porque, naquilo que os autores inspirados por Deus erraram, ele Kardec elucidou.

Além de ser, então, um racista brutal e grosseiro, Allan Kardec era um presunçoso soberbo, que se colocava até mesmo acima da Bíblia.

---

## **Allan Kardec - um racista brutal e grosseiro - 4**

### **A contaminação do racismo kardecista no espiritismo tupiniquim**

**Fabiano Armellini**

Chegou até nós um longo, evasivo e prolixo artigo ([www.espirito.org.br/portal/artigos/paulosns/allan-kardec-um-racista.html](http://www.espirito.org.br/portal/artigos/paulosns/allan-kardec-um-racista.html)), proveniente de um site espírita brasileiro, onde um autor espírita, chamado Paulo da Silva Neto Sobrinho, busca escusar o racismo de Allan Kardec, o Codificador do espiritismo moderno, atacando artigos e cartas do site Montfort pelas citações que extraímos dos próprios livros do espiritismo.

Ocorre que a tentativa do autor não só foi

frustrada, como totalmente infeliz, uma vez que ele mesmo acaba admitindo o racismo de Kardec e do espiritismo como verdade evidente. Pois diz ele em certa altura de seu longuíssimo texto:

*“Quer [o Prof. Orlando] goste ou não, existem pessoas mais inteligentes que outras, povos mais inteligentes que outros e **raças mais inteligentes que outras**, mas isso não quer dizer, como bem coloca Kardec, que isso será por toda a eternidade pois o espírito **ao reencarnar irá renascer nas mais evoluídas**, num progresso sem fim, até a perfeição possível a um ser humano.”* (Paulo da Silva Neto Sobrinho, **Allan Kardec, um racista brutal e grosseiro?!?** Os destaques são nossos).

Ele tenta justificar o racismo de Kardec argumentando que, pela bem falsa doutrina da Reencarnação dos espíritas, uma pessoa negra, que segundo ele seria atualmente inferior a uma pessoa de cor branca, reencarnar-se-ia numa futura existência num corpo de branco. E portanto, para Allan Kardec, todos seriam irmãos, embora uns menos “evoluídos” do que outros.

O autor parece não entender que o racismo não consiste em achar ou não que um negro tenha alma ou possa se salvar, mas em considerar que as raças sejam essencialmente umas melhores do que as outras. Isto é, que uma pessoa, por ser negra, é necessariamente



menos capaz ou de menos valor do que uma pessoa de raça branca. Esse pensamento monstruoso, falso e contrário à justiça e à caridade é um dos germes da Eugenia e do Nazismo.

O autor espírita a que nos referimos, em consonância com Allan Kardec, vai defender, em seu artigo, que o homem negro estaria numa escala de “evolução” espiritual inferior à do homem branco. E que um negro precisaria se reencarnar como branco futuramente, quando atingiria um nível de aperfeiçoamento espiritual. Ora, essa é justamente a tese racista, brutal e horrorosa que condenamos.

Por incrível que pareça, para esclarecer esta doutrina o autor cita na íntegra um artigo de Allan Kardec chamado **“A perfectibilidade da raça negra”**, que foi escrito para a edição de abril de 1862 da *Revue Spirite*, um periódico que o próprio Kardec fundou, onde ele expõe sem máscaras todo o seu preconceito racista.

O texto é tão brutalmente racista, como mostraremos mais adiante, que os adeptos do kardecismo deveriam se envergonhar dele. Isto pelo simples fato de que o texto foi escrito pelo Codificador da doutrina que eles professam. O normal seria que eles tentassem jogar o texto no esquecimento. Mas pelo contrário, o autor espírita que nos critica fez questão de publicá-lo na íntegra, em um site espírita, o que nos faz

levantar duas hipóteses: ou esta pessoa não entende o que lê, ou é tão brutal e racista quanto Allan Kardec.

Ocorre que este artigo não é um trabalho isolado e sem importância de Kardec, pois é inclusive parcialmente citado *ipsis litteris* em uma das principais obras do fundador do espiritismo moderno, **“A Gênese”** (cf. Allan Kardec, **“A Gênese”**, 36ª edição, FEB, Cap. XI, no. 32, p. 221). Daí o esforço dos espíritas em tentar justificar seu fundador... E é nesta tentativa que os autores espíritas acabam se complicando ainda mais. Se os autores espíritas atuais, Internet afora, realmente crêem no que dizem em suas defesas de Kardec, devemos expandir a acusação de racismo não só a ele, mas também a todos esses espíritas.

Passemos agora ao exame deste artigo de Allan Kardec, utilizado pelo autor espírita que nos criticou, na tentativa de provar que Kardec não era racista. Na leitura do texto, ficará evidente que é o contrário.

O texto trata da questão das aptidões inatas das pessoas. Kardec não admite que Deus possa dar mais a uns do que a outros, pois é absolutamente igualitário no campo espiritual. Se há diferença de dons, segundo o Kardec, é indicativo que aquele que tem mais aptidões tem uma alma mais “evoluída” do que a daquele que tem menos aptidões. “Evolução” esta proveniente de encarnações anteriores da alma.

O princípio é falso, pois Deus pode sim dar mais a uns do que a outros. Na parábola dos talentos, Cristo nos ensina que Deus não dá igualmente os talentos: a alguns Deus dá mais, a outros dá menos; mas cobra na medida do que foi dado.

*“A quem muito for dado, muito será exigido”* (Lc XII, 48).

A Justiça de Deus não consiste em dar tudo igualmente a todos, mas sim em cobrar de acordo com o que é dado. Kardec recusa este ensinamento de Cristo, e associa a justiça à igualdade. Para ele, Deus distribui igualmente Seus dons:

“Deus, em sua justiça, não pode ter criado almas mais, ou menos, perfeitas” (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos, Instituto de Difusão Espírita, 79a. edição, 1993, q. 222, p. 127).

Partindo então dessa premissa falsa, de que os mais capazes têm uma alma mais “evoluída”, Kardec passa das pessoas aos povos, e destes, às raças. E aqui começam as pérolas (os destaques nas citações a seguir são todos nossos).

Kardec começa afirmando que é materialmente impossível um selvagem (negro, como ele vai explicitar mais adiante) se torne um sábio:

*“O selvagem feroz pode, numa só existência, adquirir as qualidades que lhe faltam? Que educação dar-lhe-íeis, desde o berço, para fazerdes deles um São Vicente de Paulo, um sábio, um orador, um artista? **Não; é materialmente impossível.**”* (Allan Kardec, **“Perfectibilidade da raça negra”** Revue Spirite, Abril de 1862).

Depois, Kardec afirma que, sem a reencarnação, Deus seria injusto por dar mais aptidões aos brancos do que aos negros:

*“Mas, então, porque nós, civilizados, esclarecidos, nascemos na Europa antes que na Oceania? Em corpos brancos antes que em corpos negros? Por que um ponto de partida tão diferente, se não se progride senão como Espírito? Por que Deus nos isentou do longo caminho que o selvagem deve percorrer? Nossas almas seriam de uma outra natureza que a sua? **Por que, então, procurar fazê-lo cristão? Se o fazeis cristão, é que o olhais como vosso igual diante de Deus; se é vosso igual diante de Deus, porque Deus vos concede privilégios? Agiríeis inutilmente, não chegaríeis a nenhuma solução senão admitindo, para nós um progresso anterior, para o selvagem um progresso ulterior; se a alma do selvagem deve progredir ulteriormente, é que ela nos alcançará; se progredimos anteriormente, é que fomos selvagens, porque, se o ponto de partida for diferente, não há mais justiça, e se Deus não é justo, não é Deus. Eis, pois, forçosamente, duas existências extremas: a do***

*selvagem e a do homem mais civilizado.*” (Allan Kardec, “**Perfectibilidade da raça negra**” Revue Spirite, Abril de 1862).

E a seguir, Kardec afirma que as raças “inferiores” têm “atrofia dos órgãos da inteligência”, isto é, como se diz de modo bastante vulgar e ofensivo, seriam “burros”. Afirma Allan Kardec que dar um corpo “*evoluído*” para a alma de um negro, menos “*evoluído*” segundo ele, seria como dar um excelente piano a alguém que não sabe tocar esse instrumento:

*“O exame **frenológico** dos povos pouco inteligentes constata a **predominância das faculdades instintivas**, e a **atrofia dos órgãos da inteligência** [!!!]. O que é excepcional nos povos avançados, é a regra em certas raças. Por que isto? É uma injusta preferência? Não, é a sabedoria. A natureza é sempre providente; nada faz de inútil; ora, seria uma coisa inútil dar um instrumento completo a quem não tem meios de se servir dele. Os Espíritos selvagens são Espíritos de crianças, podendo assim se exprimir; entre eles, muitas faculdades ainda estão latentes. Que faria, pois, o Espírito de um Hotentote no corpo de um Arago? Seria como aquele que não sabe a música diante de um excelente piano. Por uma razão inversa, que faria o Espírito de Arago no corpo de um Hotentote? Seria como Liszt diante de um piano que não teria senão algumas más cordas falsas, às quais seu talento jamais chegaria a dar sons harmoniosos.”* (Allan Kardec, “**Perfectibilidade da raça negra**”

Revue Spirite, Abril de 1862).

Será que Kardec tinha noção que os jesuítas, já há mais de 300 anos, ensinavam música erudita aos índios da América? Graças a Deus eles não pensavam como Kardec...

Após essas declarações escandalosas, Kardec conclui associando o “grau de adiantamento” do corpo com o da alma:

*“A Natureza, portanto, apropriou os corpos ao grau de adiantamento dos Espíritos que devem neles se encarnar; eis porque os corpos das raças primitivas possuem menos cordas vibrantes que os das raças avançadas.”* (Allan Kardec, **“Perfectibilidade da raça negra”** Revue Spirite, Abril de 1862).

Mais adiante, Kardec vai afirmar que a raça negra só pode progredir através do cruzamento com brancos... mais uma afirmação brutal e horrorosa:

*“As raças são também perfectíveis pelo corpo, mas isso não é senão pelo cruzamento com as raças mais aperfeiçoadas, que lhes trazem novos elementos que enxertam [!!!], por assim dizer, os germes de novos órgãos.”* (Allan Kardec, **“Perfectibilidade da raça negra”** Revue Spirite, Abril de 1862).

E na sequência ele garante que os negros **“SEM**

DÚVIDA” são inferiores:

*“Os negros, pois, como organização física, serão sempre os mesmos; como **Espíritos, sem dúvida, são uma raça inferior, quer dizer, primitiva; são verdadeiras crianças às quais pode-se ensinar muita coisa;**” (Allan Kardec, **“Perfectibilidade da raça negra”** Revue Spirite, Abril de 1862).*

E, para finalizar, Kardec afirma que os negros podem progredir, numa outra encarnação, dentro de limites **estritos**, dizendo expressamente que a “raça negra, corporalmente falando, jamais alcançará o nível das raças caucásicas”... espiritualmente, sim, mas em outras encarnações:

*“Sob o mesmo envoltório, quer dizer, com os mesmos instrumentos de manifestação do pensamento, as raças não são perfectíveis senão em limites estreitos, pelas razões que desenvolvemos. **Eis por que a raça negra, enquanto raça negra, corporeamente falando, jamais alcançará o nível das raças caucásicas;** mas, enquanto Espíritos, é outra coisa; ela pode se tornar, e se tornará, o que somos; somente **ser-lhe-á preciso tempo e melhores instrumentos. Eis porque as raças selvagens, mesmo em contato com a civilização, permanecem sempre selvagens;** mas, à medida que as raças civilizadas se ampliam, as raças selvagens diminuem, até que desapareçam completamente, como desapareceram as raças dos Caraíbas, dos*

*Guanches, e outras. Os corpos desapareceram, mas em que se tornaram os Espíritos? Mais de um, talvez, esteja entre nós*". (Allan Kardec, **"Perfectibilidade da raça negra"** Revue Spirite, Abril de 1862).

As afirmações de Kardec são tão brutalmente racistas, que falam por si só e dispensam maiores comentários... elas deixam patente que Kardec era de fato racista, e dos mais grosseiros.

Estas citações vêm se somar às citações que já havíamos apresentado anteriormente, e que estão presentes em praticamente todas as obras doutrinárias de Kardec: **"A Gênese"**, **"O Livro dos Espíritos"**, **"O Evangelho segundo o Espiritismo"**, **"O Que é o Espiritismo?"** e nas suas **"Obras Póstumas"**.

Em todas elas, ele utiliza suas concepções racistas como prova da necessidade da Reencarnação para explicar o que ele entende como Justiça Divina, dentro do seu sistema igualitário, onde tudo deve ser dado igualmente a todos, negando o ensinamento de Cristo na parábola dos talentos.

A doutrina da reencarnação espírita conduziu logicamente Allan Kardec diretamente ao racismo. Ou pelo menos abre uma brecha doutrinária que permite a justificação de uma atitude racista. Essas crenças na reencarnação e na evolução se harmonizam perfeitamente com o sistema doutrinário racista do



nazismo.

Ensina-nos Nosso Senhor que: *“Não pode a árvore má dar bom fruto”* (Mt VII, 18). Como poderia da árvore racista de Allan Kardec nascer algo de bom?

É de se espantar que haja escritores de sites espíritas que defendam Allan Kardec até as últimas consequências, a ponto de aceitar e defender o racismo mais brutal e grosseiro?

Estes são os frutos dessa árvore má, que é o espiritismo.

O que é mais incrível, e o que mais entristece, é que esta doutrina tenha encontrado praticamente o seu único reduto, nos dias atuais, exatamente no nosso Brasil, onde as raças foram tão integradas pela cultura e pela miscigenação, graças à doutrina católica que nos ensina que todos os homens descendem de um só casal original, e que, por isso, todos os homens são irmãos. E, mais ainda, que pelo Batismo nos tornamos todos, de todas as raças, filhos adotivos de Deus Altíssimo.

---

**Para citar este texto:**

**Orlando Fedeli - “Allan Kardec, um racista brutal e grosseiro”**

MONTFORT Associação Cultural

[http://www.montfort.org.br/index.php?](http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=religiao&artigo=kardec=bra)

[secao=veritas&subsecao=religiao&artigo=kardec=bra,](http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=religiao&artigo=kardec=bra)

---

## **Anexo II**

### **A Igreja, o tráfico e a escravidão**

**Rafael Diehl**

Proponho-me aqui a tratar da visão da Igreja Católica acerca da escravidão, bem como o papel desta nesse processo. Para isso, introduzirei o texto tratando da questão escravista nos pensamentos que influenciaram a ideologia cristã: a teologia hebraica antiga e a filosofia clássica greco-romana.

#### 1. A escravidão no pensamento greco-romano e no pensamento hebraico

Para a mentalidade greco-romana, a escravidão era considerada lícita, concedendo ao senhor amplo domínio sobre seus escravos, inclusive o direito de vida e morte sobre os mesmos. Havia duas justificativas principais:

Aristóteles considerava que a escravidão era determinada fisicamente, ou seja, ele cria que alguns seres humanos nasciam com condições físicas propícias ao ofício escravo: com muita força física e pouca inteligência. Para tanto, cria-se que os homens eram desiguais quanto à natureza e aos acidentes.

Já a filosofia estoica pregava uma explicação metafísica: a do Destino. Para eles, alguns indivíduos nasciam destinados à escravidão e não poderiam alterar sua sorte.

Por outro lado, os hebreus consideravam lícito escravizar estrangeiros, mas não outros hebreus. Isso porque os gentios eram considerados acidentalmente, não naturalmente, inferiores ao “povo escolhido” da Revelação Divina.[1] A escravidão de hebreus eram permitidas apenas temporariamente.[2]

## 2. A doutrina Cristã sobre a escravidão

A doutrina cristã, de modo geral, era contrária à escravidão e ao comércio de escravos. Já nos primórdios do Cristianismo, São Paulo Apóstolo (séc. I d.C.) ensinava a igualdade de natureza entre os homens, judeus e gentios (não-judeus), visto que a Nova Aliança possuía um caráter universalista. Entretanto, não tendo grande influência na sociedade romana imperial, a Igreja recomendava aos escravos serem obedientes e não se revoltarem contra os seus senhores, mas também admoestava os senhores ao bom trato com seus escravos.

A escravidão, era também vista como uma consequência acidental do pecado, tal como expõe Santo Agostinho de Hipona (século IV-V d.C.) que dizia ser todo homem escravo de seus pecados, e que alguns também

eram castigados tornando-se escravos de senhores temporais.[3] Mas também considera que os escravos devem aceitar sua condição como punição pelos seus vícios, bem como serem obedientes e amarem seus senhores para não darem razão aos maus-tratos por eles provocados.[4] Pensa, contudo, que a condição escrava era temporária e chegaria um tempo na qual não seria mais necessário o escravismo.[5]

Durante a Antiguidade Tardia (séculos IV-VII), apesar de ainda existir (inclusive fundamentada no direito da época) no Oriente, o escravismo foi, aos poucos sendo substituído pelo sistema do colonato, que por volta do ano 1000 gerou o feudalismo. No senhorio feudal, alguns camponeses estavam submetidos ao regime de servidão, que difere-se da escravidão propriamente dita, já que o servo medieval recebia um pequeno lote de terra para cultivar e possuía um vínculo semi-voluntário com seu senhor.[6] Possuindo uma ligação de dependência com sua terra, o servo não poderia ser vendido separado de sua terra.

Voltemos, pois as medidas da Igreja. Em 873, o papa João VIII em uma carta a um príncipe da Sardenha diz:

*“Há uma coisa a respeito da qual desejamos admoestar-vos em tom paterno; se não vos emendardes, cometereis grande pecado, e, em vez do lucro que*

*esperais, vereis multiplicadas as vossas desgraças. Com efeito, por instituição dos gregos, muitos homens feitos cativos pelos pagãos são vendidos nas vossas terras e comprados por vossos cidadãos que os mantêm em servidão. Ora consta ser piedoso e santo, como convém a cristãos, que, uma vez comprados, esses escravos sejam postos em liberdade por amor a Cristo, a quem assim proceda, a recompensa será dada não pelos homens, mas pelo mesmo Nosso Senhor Jesus Cristo. Por isto exortamo-vos e com paterno amor vos mandamos que compreis dos pagãos alguns cativos e os deixeis partir para o bem de vossas almas.”[7]*

De igual forma, as condenações serão reafirmadas pelo papa Pio II em 1462. Em uma época que o tráfico escravo estava ressurgindo na Europa, principalmente devido às conquistas portuguesas[8], Pio II afirma que o tráfico escravo é *magnum scelus*, um “grande crime”. [9] Outras censuras ao escravismo e ao tráfico serão reforçadas pelos papas como Urbano VIII (1639) e Bento XIV (1741), sendo que o último prescreveu excomunhão para os senhores que maltratassem seus escravos.[10] Gregório XVI, em 1839 dirá em uma epístola que:

*“Admoestamos os fiéis para que se abstenham do desumano tráfico dos negros ou de quaisquer outros homens que sejam.”*

Também o papa Leão XIII, no século XIX apoiará as

tendências abolicionistas no Brasil, que obtiveram êxito com a lei Áurea em 1888.

### 3. Igreja e escravidão no Brasil

Para tratar acerca das relações entre a Igreja Católica e o Brasil utilizarei de três fontes principais: A obra Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos (fins do século XVII) do padre jesuíta Jorge Benci, os Sermões do Padre jesuíta Antônio Vieira (século XVII) e As Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia (1707).

Importante recordar que a Igreja no Brasil, estava submetida ao padroado e ao beneplácito da Coroa Portuguesa, o que reduzia em parte sua autonomia na região, pois a mesma ficava sujeita ao poder régio lusitano. Não tendo poder suficiente para aplicar as determinações papais que sugeriam o fim do tráfico e da escravidão, limitam-se a exortar os senhores no bom trato aos escravos e estabelecer sanções canônicas contra os abusos.[11]

Nos sermões do Padre Vieira podemos observar a reprovação ao tráfico e à escravidão. No Sermão XIV, por exemplo, reafirma a igualdade natural dentre os homens. [12] No mesmo Sermão diz que os negros não são inferiores, mesmo tendo sido gentios e cativos.[13] Sobre o tráfico escravo considera no Sermão XXVII que:

*"Nas outras terras, do que amam os homens e do*

*que fiam e tecem mulheres se fazem os comércios: naquela (na África) o que geram os pais e o que criam a seus peitos as mães, é o que se vende e compra. Oh! trato desumano, em que a mercancia são homens! Oh! mercancia diabólica, em que os interesses se tiram das almas alheias e os ricos são das próprias" (destaques nossos).[14]*

Para Vieira, a escravidão além de ilícita atrai pragas e desastres para o Brasil, conforme conclui no Sermão XVII.[15]

Em fins do século XVII, o padre Jorge Benci escreve a sua Economia Cristã dos Senhores no governo dos escravos, onde procura formular quais os deveres dos senhores para com os servos a partir das palavras do capítulo 33 do Eclesiástico: *panis, disciplina et opus servo* – pão, disciplina e trabalho para o servo. Nesta obra, Benci defende que os senhores devem fornecer aos escravos o sustento material (comida e vestuário) e espiritual (catequese e o não impedimento do usufruto dos Sacramentos); a disciplina (ensinando-os e castigando-os, sem, contudo cometer excessos); o trabalho condizente com as condições e capacidades físicas do escravo. (para que não fiquem ociosos, que segundo o autor seria ocasião para pecados) e o descanso durante as noites, Domingos e dias santos.

Embora lembre que nos primeiros tempos do

cristianismo era comum os recém-convertidos alforriarem seus escravos, o autor considerando que tal coisa era difícil de ser conseguida da parte dos senhores de seu tempo insiste no bom tratamento que os senhores devem aos escravos, pois para ele é tirano o senhor que não se compadece dos sofrimentos de seus servos.[16]

Passemos, pois às Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707. Estas constituições foram promulgadas pelo Primeiro Sínodo Diocesano do Brasil, em Salvador. Suas determinações estiveram em vigor durante os séculos XVIII e XIX.

Estas Constituições dedicaram vinte e três tópicos à questão dos escravos, sendo que as principais determinações foram: exortar aos senhores no bom trato dos escravos fornecendo-lhes sustento necessário em alimentos e vestuários, bem como o descanso nos Domingos e dias santos. Também regulamentou a catequese ministrada aos escravos, bem como proibiu os batismos forçados.[17] Além disso, o Sínodo defendeu o direito dos escravos ao usufruto do Sacramento do Matrimônio, mesmo contra a vontade dos senhores, conforme permitia o Direito Canônico.[18] Outra determinação foi a obrigação dada aos senhores de concederem aos seus falecidos escravos Missas de corpo-presente e sétimo dia de falecimento, bem como uma sepultura cristã.[19] Como pode-se ver, as determinações deste Sínodo episcopal foram fortemente influenciadas



pela obra de Jorge Benci.[20]

Por fim, destaco a ação das Irmandades, Confrarias e Ordens Religiosas no Brasil. Muitas destas além de congregar brancos e negros empenhavam-se na arrecadação de dinheiro para comprar alforrias de alguns escravos. Havia também confrarias específicas para os negros, não só no Brasil, mas também em várias partes da África, como a Venerável Ordem Terceira.

---

[1] Levítico XXV, 44-46.

[2] Êxodo XXI, 2-7.

[3] “Esse nome [o de servo, escravo] mereceu-o, pois, a culpa, não a natureza. [...] Tornavam-se servos; palavra derivada de servir. Isso também é merecimento do pecado.” Santo Agostinho de Hipona. A Cidade de Deus. São Paulo: Vozes, 2001, parte II. p. 406. Para aprofundar esta questão vide A Cidade de Deus, parte II, Livro XIX, capítulos XV e XVI.

[4] “A causa primeira da servidão, é, pois, o pecado, que submete um homem a outro pelo vínculo da posição social. É o efeito do juízo de Deus, que é incapaz de injustiça e sabe impor penas segundo o merecimento dos delinquentes. O Senhor supremo diz: Todo aquele que comete pecado é escravo do pecado. Por isso muitos homens piedosos servem patrões iníquos, mas não livres, porque quem é vencido por outro fica escravo de quem o venceu.” Ibid.p. 406.

[5] “Por isso, o Apóstolo aconselha aos servos que estejam submissos aos respectivos senhores e os sirvam de coração e bom grado. Quer dizer, se os donos não lhes dão liberdade,

tornem eles, de certa maneira, livre sua servidão, não servindo com temor falso, mas com amor fiel, até que passe a iniquidade e se aniquilem o principado e o poder humano e Deus seja tudo em todas as coisas.” Ibid. p. 406.

[6] Utilizo a expressão semi-voluntário devido ao fato de que um camponês vinculava-se voluntariamente a um senhor de terras, mas estes contratos geralmente obrigavam os descendentes do dito camponês a vincularem-se ao senhor em servidão.

[7] Denzinger-Sch'ánmetzer. Enquirídio dos Símbolos e Definições nº 668 citado em: BETTENCOURT, Dom Estevão Tavares, OSB. O Tráfico Negro no Brasil e a Igreja. Artigo digitalizado, disponível em URL: <http://www.presbiteros.com.br/Hist%F3ria%20da%20Igreja/Trafico.htm>. Acesso em 09/05/2007, às 24 h e 34 min.

[8] A expansão portuguesa em direção a territórios muçulmanos teve para a Igreja um caráter cruzadístico e foi incentivada e legitimada pelo Papado através das bulas Romanus Pontifex (1455) de Nicolau V e Inter Caetera (1456) de Calixto III. Vide MARTINS, Manuel Gonçalves. O Estado Novo e a Igreja Católica em Portugal (1933-1974). p. 1. Versão digitalizada, disponível em URL: <http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta191.PDF>. Acesso em 09/05/2007, às 24 h e 46 min.

[9] BETTENCOURT, Dom Estevão Tavares, OSB. Op. Cit.

[10] Ibid.

[11] “Neste panorama, observamos que, no projeto colonizador e evangelizador, Igreja e Estado Português, andavam juntos, uma vez que estavam interligados pela instituição do Padroado Régio; o Rei era a maior autoridade da Igreja, no território português e em suas colônias, e tinha direitos e deveres

religiosos que muitas vezes se confundiam.” CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Educação, Lei, Ordem e Justiça no Brasil Colonial*. p.3. Versão digitalizada disponível em URL: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_005.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_005.html)

Acesso em 13/05/2007, às 21 h e 42 min.

[12] “Saibam os pretos, e não duvidem, que a mesma Mãe de Deus é Mãe sua porque num mesmo Espírito fomos batizados todos nós para sermos um mesmo corpo, ou sejamos judeus ou gentios, ou servos ou livres” (Sermão XIV, em *Sermões*, vol. IX Ed. das Américas 1958, p. 243). Citado em: BETTENCOURT, Dom Estevão Tavares, OSB. Op. Cit.

[13] Ibid.

[14] VIEIRA, Antônio, SJ. Sermão XXVII, em *Sermões*, vol. IX Ed. das Américas 1958, p. 64. Citado em: Ibid.

[15] Ibid.

[16] BENCI, Jorge, SJ. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977. pp. 223-224.

[17] CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Op.Cit. p.6.

[18] Em seu Discurso II § 3, o Padre Jorge Benci demonstra que ao contrário do Direito Imperial Antigo que permitia apenas o casamento para os livres, o Direito Canônico o estendia também aos escravos. Para tanto, vide Ibid. p. 102.

[19] BETTENCOURT, Dom Estevão Tavares, OSB. Op. Cit.

[20] CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Op.Cit. p. 9.

---

Para citar este texto:

Rafael Diehl - "A Igreja, o tráfico e a escravidão"

MONTFORT Associação Cultural

[http://www.montfort.org.br/index.php?](http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=historia&artigo=igreja_escravidao)

[secao=veritas&subsecao=historia&artigo=igreja\\_escravidao](http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=historia&artigo=igreja_escravidao)

Online, 26/04/2008 às 15:01h.